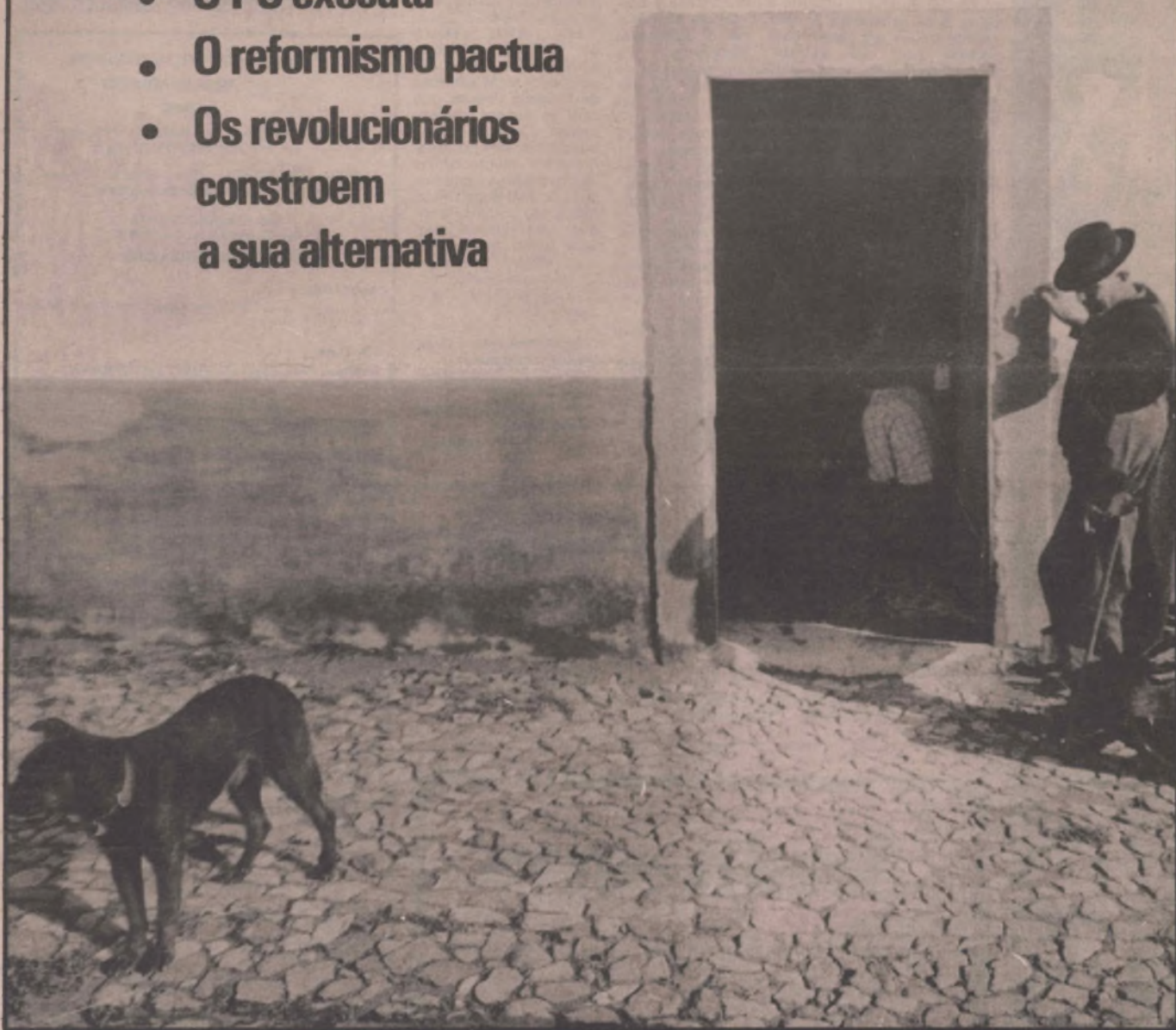


# Revolução

## Desocupação de terras

- O PS executa
- O reformismo pactua
- Os revolucionários constroem a sua alternativa



**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**

*Adesão do: [assinatura] 70. [assinatura]*

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO  
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

## Os "iluminados" ou a institucionalização do paternalismo

**Companheiros:**  
As posições stalinistas não apontam uma saída revolucionária e emancipadora para o proletariado.

Assim a tese de que o proletariado dee fazer a revolução sob a direcção do partido (o glorioso, bem entendido) é quanto a mim um paternalismo para com as massas proletárias, colocando-as numa posição de carneiros, seguidistas e pouco inteligentes porque, coitadas, não têm capacidade para se organizarem autonomamente.

Assim elas devem seguir as posições e as directivas emanadas pelos gloriosos dirigentes do partido (o bom, o autêntico) e caminhar ou recuar mais depressa ou mais devagar conforme convem aos «iluminados».

Depois da revolução os «gloriosos dirigentes» devem em nome e para bem (segundo eles dizem) da classe, visto esta (pobrezinha) não ter

capacidade para tomar nas suas mãos o seu destino.

Ou talvez seja porque os «gloriosos dirigentes» (quem os terá eleito?) recebem, numa noite escura entre relâmpagos, a visita do mestre Lenine ou do mestre Staline e passam a ser os «iluminados» como aconteceu aos pastorinhos da Bíblia com a aparição da «Virgem Santa» (?), podendo assim tomar nas suas mãos o destino do proletariado sem que este possa abrir boca.

Contra isto os trabalhadores devem organizar e reforçar a organização autónoma, onde eles podem eleger ou revogar em qualquer momento os seus dirigentes, que cumprem o que é decidido pela maioria na assembleia geral.

Mas para que a classe não enverede por um caminho suicida é necessário um grande partido revolucionário, forjado na luta diária e pela tomada do poder, que possa fazer uma análise glo-

bal da situação podendo assim apontar alternativas correctas antes e durante a Insurreição armada e, partido esse, que se extinguirá depois da **Revolução Socialista** sendo assim a classe por meio da sua organização autónoma a tomar e a exercer o Poder.

Este partido nascerá da unidade revolucionária que se está a desencadear no **Movimento de Unidade Popular** que com as suas 4 componentes apontará para o nascimento de uma organização revolucionária anti-capitalista, anti-fascista e anti-imperialista, não tendo portanto qualquer semelhança com uma frente anti-fascista e patriótica (?), mas que também não se identifica com os partidos clássicos existentes.

**Em frente com a Organização Autónoma**  
**Em frente com a Revolução Socialista**  
**Em frente com a Insurreição Armada**

PEDRO R.

# Lê assina divulga Revolução

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE  
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO  
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

#### CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

#### ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas.

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374  
Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 60 r/c  
Tel. 830099

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº 33

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, n.º 60 Tel. 25542

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, nº 65

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Telf. 179

ARGEA — Tel. 92169

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreko, n.º 142  
Tel. 24149

#### ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40

ALGES — Rua Victor Duarte Pedroso, n.º 15 - Alges de Cima  
Tel. 2100327

SACAVEM — Largo 5 de Outubro n.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

CACÉM — Rua de Paço de Arcos, lote 16

#### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL — Rua Jorge de Sousa

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267 / 2763397/2763122

SETUBAL — Praça do Bocage, 3

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

SINES — Rua Marquês de Pombal, n.º 76 Tel. 62890

TORRÃO — Horta Seca

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alameda Herculeano, n.º 29 Tel. 24594

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64 - B - C

LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique

#### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

## O aumento de preço do "Revolução"

Os aumentos do custo de produção motivaram que o «Revolução» aumentasse para 5\$00. Só assim é possível que o «Revolução» continue a aparecer semanalmente.

Também as assinaturas sofrerão alterações, o que será a partir da próxima semana.

Torna-se necessário, um amplo apoio ao «Revolução» e isso só poderá ser realidade com uma grande divulgação do nosso jornal. APOIA O «REVOLUÇÃO», ASSINANDO-O!

### Revolução

# Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

PROFISSÃO .....

Semestral ... 90\$00  Anual ... 180\$00  PAGAMENTO

#### Estrangeiro

Semestral ... 300\$00  Anual ... 600\$00  Em cheque  Em vale

# Vasco Lourenço o atrevido



O sr. governador militar de Lisboa disse pensar, durante um voo inaugural, próprio de todos os governadores com deveres de inaugurações a coisas que o futuro político de Spínola é a prisão.

Como o sr. general pensa também que as Forças Armadas estão divididas entre um grande grupo de bons (democratas) e dois minigrupos de maus, que não representam nada, segundo ele.

Como um desses «minigrupos» que não representam nada que se situa em torno de Otelo, é o principal representante do 25 de Abril e de tudo o que se seguiu de revolucionário no campo militar.

Como ele reconhece que o documento dos nove não tem qualquer sentido (pois está obviamente ultrapassado pela direita).

Como Spínola foi solto pelo poder de que Vasco Lourenço faz parte. Como o ex-general tem tantos, amigos do sr. general. Ocorre-nos dar-lhe um conselho:

Não o prenda sr. general! Olhe que se ele se zanga, ainda é capaz de despedi-lo!



# O MEIC e a democracia nas escolas

Nos tempos do V Governo e perante a ocupação do aparelho de Estado e suas ramificações por elementos do PC o senhor Cardia berrava a plenos

pulmões por pluralismo e por democracia.

Agora no poleiro do MEIC, vasculha até onde pode com o seu longo



braço burocrático para pôr fora de cena quem não é pluralista do seu partido. Isto que dizemos pode ser considerado falso visto que o senhor doutor democrático Cardia ainda não pôs fora ninguém do PPD e do CDS...

No caso mais recente, o da exoneração do professor Teixeira Ribeiro, de reitor da Universidade de Coimbra, Cardia vai pluralista e democraticamente contra todos os órgãos representativos da escola e da Academia; mas tem pelo seu lado um grupo de professores...

E como isso não chega como contrapeso vemos estampados nos jornais mais apoios ao senhor Cardia como sejam o da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS e o da Federação Distrital do PS de Coimbra... Como se vê, «amplios sectores» que não têm nada a ver com universidades mas que lhe gabam a sua coragem em «salvaguardar a gestão democrática das escolas».

No poleiro, o senhor Cardia como qualquer outro senhor do governo PS ou de qualquer outro governo burguês faz do aparelho de Estado que domina uma completa máquina de distribuição de tachos.

E que cozinhados mal cheirosos saem...

## As necessidades nacionais de Souto Cruz

O chefe do Estado-Maior da Armada, Souto Cruz, foi dar um passeio higiênico ao outro lado do Atlântico para confraternizar com os seus familiares da NATO. À saída disse que Portugal está interessado em «ter uma Marinha que não seja só para serviço da NATO, mas sim principalmente para serviço das necessidades nacionais» para o que será necessário adquirir novas unidades.

Confirmou assim que os trabalhadores portugueses sustentam uma Marinha que só serve a NATO feita para servir o imperialismo americano.

E fez levantar dúvidas sobre a questão das necessidades nacionais de aumentar os efectivos navais.

Como pensamos que o sr. vice-almirante já perdeu esperanças de conquistar império, como ele se sente bem seguro à sombra da NATO, como sabemos que por necessidades nacionais ele entende as da classe que representa, põe-se a seguinte questão:

— Será que ele pensa pôr a Armada a ir Tejo acima apoiar as desocupações?

## NOTAS BREVES



### SÁ CARNEIRO DESPERTADOR

Em grandes títulos veio na imprensa o «Grito de Alarme de Sá Carneiro»

A situação é grave, a economia está de rastos, o Governo PS não governa nada

Até aí toda a gente sabe Depois avisa que os portugueses devem estar preparados para defender, a sua (do PPD) liberdade e democracia; enfim que o melhor era haver um 25 de Novembro mais duro

O sr Carneiro, ao ver o PS não é capaz de aplicar as medidas que propõe e que ele próprio não esperava serem tão à direita; e ao sentir o CDS a bafejar-lhe as costas pronto a aproveitar-se disso —, repara que, embora pequeno ficaria em breve sem espaço onde se mexer

E então salta para os jornais armando em despertador das consciências para o perigo real que ele sente em ver o poder deslizar para a direita sem passar por ele

Só sossegou um bocado quando o PS (sempre pronto a ceder à direita) lhe fez a vontade na atribuição das presidenciais das comissões parlamentares; que diabo. O PS invade o programa do PPD, e não há-de ter proveitos também?

### OS RECEIOS DO CDS

O CDS não conseguiu cativar o PPD. Espera que o poder caia nas unhas e pensa que um companheiro pegajoso como o CDS comia mais do bolo do que ajudava a segurá-lo

Mas o CDS não se importa; com a certeza de que o PS está a perder o apoio das suas próprias bases devido aos métodos repressivos de que necessita para no final de contas não ser capaz de ignorar a recuperação capitalista que tanto lhe ajuda, o CDS que apenas fica à espera de lhe passar ao alcance da mão, o poder que os trabalhadores insistem em lhe recusar. Um só receio preocupa o CDS: o crescimento dos «grupos daqueles que descreem da democracia «(Burguesa)» desconfiam dos partidos» (burgueses e conciliadores) «e sonham com soluções autoritárias ou ditatoriais» De que ditadura foge o dr Freitas do Amaral? Daquela fascista que tão bem o serviu ou da proletária que lhe tapará os dentes de uma vez por todos?

O CDS como burguesia inteligente percebe que a crise se agudiza e que o fosso que separa as classes antagónicas cresce. Por isso decide com urgência ser mais oposição ao governo PS Corram patrões corram pois os vossos receios são legítimos e a outra oposição, a dos que produzem saberão encontrar o lugar exacto onde depositar as vossas anafadas panças...

e a actualidade nacional



«... O avanço das forças fascistas é mais que nunca, e o Governo PS é o mordomo da festa.»



«... Afinal, a mesma receita do fascismo, não faltando sequer a política do 'cassetete' sobre quem trabalha.»

# De cedência em cedência o PS abre o caminho ao fascismo

O Governo PS prossegue a sua política de recuperação capitalista: o ministro do Trabalho permite o regresso dos patrões que abandonaram as respectivas empresas, e os saneamentos... de trabalhadores; o Ministério da Educação faz rapidamente o regresso aos tempos do fascismo; o Ministério da Economia prepara-se para funcionar como sucursal do imperialismo; o Ministério da Defesa esconde-se de aparecer como co-responsável pelo regresso à disciplina militarista, amóiente e métodos de antes do 25 de Abril; na Informação vêm-se passar os comboios carregados de letra e forma fascistas; na Administração Interna a GNR e a PSP voltam a funcionar como bastiões da burguesia; nos Negócios Estrangeiros vende-se Portugal ao Imperialismo. Agora anunciam-se os aumentos de preços dos transportes e a entrega aos latifundiários parasitas de uma parte da terra alentejana que os trabalhadores tinham recuperado e posto a produzir.

As medidas anunciadas em relação à Reforma Agrária são a primeira grande confirmação de que o PS governará à direita, inteiramente submisso aos interesses da burguesia e do fascismo. A entrega das primeiras terras aos agrários seria, a efectivar-se, o princípio do fim da Reforma Agrária, uma das grandes conquistas dos trabalhadores que fizeram deste sector o único onde se verificou substancial aumento de produção e de postos de trabalho. Enquanto o PS cede perante os fascistas da CAP, continuam por expropriar herdades cuja pontuação em muito excede o previsto na lei e onde muitos pequenos rendeiros e seareiros poderiam cooperativar-se continuam a ser esquecidos os interesses dos pequenos rendeiros do Norte.

Se o PS prepara para fazer «respeitar» a lei em relação às terras ocupadas e hoje cultivadas, porque não lança mão da GNR e dos Comandos para expropriar as que são expropriáveis, ou para por a produzir terras que estão incultas ou subaproveitadas, ou ainda para fazer respeitar os direitos dos pequenos rendeiros do Norte? Será que tal como no Norte o sr. Soares, entende que a relação de forças na GNR e nas Forças Armadas é favorável à direita?

Quanto aos transportes, o Governo não faz mais do que prosseguir no intuito de fazer com que sejam os trabalhadores a pagar a crise do capitalismo

já que a burguesia tem o seu transporte particular. O Estado tem dinheiro para reprimir os trabalhadores, mas já não tem quando se trata de lhes garantir o mínimo de meios de vida e de trabalho, ou quando se trata de lhes garantir a reforma a que têm direito. Trabalhar e pagar para vencer a crise do capitalismo, para voltar a encher os bolsos à burguesia e ao imperialismo, eis a política do governo. Afinal, a mesma receita do fascismo, não faltando sequer a política do «cassetete» sobre quem trabalha.

O avanço das forças fascistas é mais que nunca, e o Governo PS é o mordomo da festa. Mas os trabalhadores não estão derrotados. As vitórias que nalguns casos os trabalhadores vão alcançando são a demonstração clara de que é possível lutar. E lutando é a única forma de vencer. O número de trabalhadores descontentes aumenta de dia para dia. Os revolucionários devem esforçar-se por encontrar a unidade das classes trabalhadoras em torno de objectivos concretos de luta e de organização que apontem para a Revolução Socialista. Discutir ampla e abertamente os problemas, encontrar formas de luta e de organização revolucionárias, eis as grandes tarefas do momento.

A hora não é de cedências, é de luta.

Luta contra as desocupações de terras! Luta pela expropriação das herdades abrangidas pela lei!

Luta pelos direitos dos pequenos rendeiros do Centro e do Norte! Luta contra os aumentos nos transportes e do custo de vida em geral! Luta pelo direito ao trabalho! Luta por uma reforma justa!

Luta pela Independência nacional!

**MORTE AO FASCISMO!**

Lisboa, 22 de Setembro de 1976

**EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA**  
A CIID DO PRP  
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação)

# A organização revolucionária só se forja na luta

O 28 de Setembro é para as classes trabalhadoras o reviver de uma data que ficou assinalando uma das derrotas inflingidas à reacção após o 25 de Abril de 1974. Não se trata de uma simples comemoração, porque a reacção está hoje bem mais forte que há dois anos. Revive-se esse momento político porque, hoje como ontem, não faltam os concursos hípicas e as touradas com os mesmos Spínolas e os mesmos Zoios.

O regresso de Spínola, a sua aparição em manifestações de carácter público, a libertação de alguns dos presos por participação em atentados bombistas, o ataque à Reforma Agrária, a criação de forças especiais enquadradas sob o comando imperialista da NATO, os ataques da direita fascista militar, eis os sintomas claros de que a ameaça do fascismo paira sobre os trabalhadores portugueses.

A esta ameaça a que o governo do PS dá cobertura ao pretender fazer pagar a crise aos trabalhadores, têm estes de responder com firmeza e determinação, certos de que não há governo nem fascismo que passe se à violência que já se faz sentir, os trabalhadores lhe opuserem a sua unidade, a sua organização e a sua determinação em utilizarem todos os meios necessários.

Participar activamente nas manifestações que de Norte a Sul do País se desenrolarem em 28 de Setembro é uma primeira tomada de posição contra o curso actual dos acontecimentos. Manifestar o repúdio pela política de direita do Governo e do poder político-militar é apenas recomeçar. Trabalhar no sentido da rápida consolidação e alargamento de estruturas políticas unitárias revolucionárias é a grande meta a atingir, nunca esquecendo que a organização revolucionária só se forja na luta.

- MORTE AO FASCISMO!
- PELA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS!
- PELA UNIDADE DAS CLASSES TRABALHADORAS!
- PELA DITADURA DO PROLETARIADO!
- EM FRENTE PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Lisboa, 27/9/76

**A CIID do PRP**  
(Comissão de Imprensa, Informação e Documentação)

# As desocupações no Alentejo

O Governo PS prossegue a sua política antioperária e antipopular de destruição das formas mais avançadas de luta dos trabalhadores. A Reforma Agrária é agora o seu objectivo.

Dando seguimento às suas leis, iniciou-se esta semana com cobertura de uma operação militar e sem consultar os trabalhadores, a desocupação de herdades que não atinjam os 50 000 pontos.

Nesta sua tarefa contavam com o apoio dos reformistas que, manobrando e iludindo os trabalhadores aceitaram estas desocupações, fazendo crer que se trata de mais um passo para a consolidação da Reforma Agrária.

## REFORMA AGRÁRIA INICIATIVA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES

O grande movimento de ocupação dos latifúndios do Alentejo partiu da iniciativa dos trabalhadores rurais que, com a liberdade de expressão e reunião alcançadas pelo 25 de Abril, souberam organizar-se para acabar com a miséria a que estavam sujeitos.

Souberam os trabalhadores rurais que o problema era ocupar as terras, explorá-las colectivamente pois a divisão das terras entre eles era o primeiro passo para virem novamente a ser esmagados. Como o dizia um camarada rural da União de Cooperativas do Vimieiro (No plenário do Laboratório de Engenharia Civil no lançamento da candidatura Revolucionária de Oteló) o problema não é, nem nunca foi a posse das terras no sentido capitalista. Os trabalhadores lutaram pelo direito ao trabalho, contra a exploração pela possibilidade de serem eles co-

lectivamente a resolverem os problemas e a definirem os objectivos. Lutaram e lutam para que as terras possam produzir segundo as suas possibilidades e segundo as necessidades da população e, já não como no tempo dos latifundiários, na mira do lucro. Lutaram e lutam por uma nova sociedade.

E é tudo isto que a burguesia tenta agora destruir. Durante todo este tempo os fascistas caluniaram todas as formas os trabalhadores alentejanos. Após o 25 de Novembro sentindo-se com força a burguesia enceta a realização dos seus objectivos: destruir a Reforma Agrária as terras aos latifundiários, continuar a exploração sobre os trabalhadores.

## AS DESOCUPAÇÕES

E a mesma visão da realidade que o camarada da União de Cooperativas do Vimieiro apresentou, é aquela que, agora, face ao problema concreto das desocupações, os trabalhadores das cooperativas apresentam. «Se eles querem a terra para a trabalhar directamente, para viverem dela, muito bem, dê-se-lhes a terra. Mas se é para, como antigamente as alugarem, só para explorarem, não, não se lhes deve dar nada».

E sob esta forma e no geral que os trabalhadores rurais encaram os problemas das desocupações. Mas no concreto muitos outros problemas se levantam. Por exemplo as terras que antigamente estavam incultas, e que foram os trabalhadores que, após a ocupação e com o seu trabalho, as puseram a cultivar, as terras que se encontram no meio de cooperativas, etc.



«...souberam organizar-se para acabar com a miséria a que estavam sujeitos.»

A esta visão dos problemas, se opõe a política do governo de Mário Soares a quem interessa só que as herdades tenham mais de 50.000 pontos que fala em analisar caso por caso mas sem nunca levantar os problemas: para que é que o agrário quer a terra? E para a trabalhar directamente? Precisa dela para viver? E para continuar a explorar os trabalhadores? Porque razão as deixou incultas enquanto proprietários delas?

Muito longe também estão os reformistas para quem a tática é dizer que vai muito bem, que os trabalhadores alentejanos são muito bons porque vão desocupar as terras, que são muito espertos, porque sabem que há mais terras por expropriar. No entanto, não é só a questão de mais terras

para expropriar que se põe aos trabalhadores. Eles encaram a terra não sob a forma de propriedade capitalista. Sabem o que é lutar pelo direito ao trabalho, eles lutam contra a exploração venha ela de onde vier, contra o caciquismo.

## O REFORMISMO E AS DESOCUPAÇÕES

Nesta situação política, de crescente avanço da direita, as desocupações são, para a burguesia, uma vitória, um ponto de partida para a destruição da Reforma Agrária, para quebrar a iniciativa, a unidade e organização dos trabalhadores rurais alentejanos.

E que fazem os sindicatos controlados pelos reformistas?

Não esclarecem os trabalhadores sob o contexto político em que se inserem as desocupações, querem servir mais uma vez dele para dizerem: Como vêem nós não queremos desestabilizar a situação, só é pena é que o PS não queira formar governo connosco, juntos davamos cabo tanto dos fascistas como dos «esquerdistas». Para os reformistas esta batalha dos trabalhadores rurais é campo para sua política de conciliação de classes ao mesmo tempo que para reforçar o seu controlo, iludem os trabalhadores sobre a natureza deste governo e da sua política, assenando com outras expropriações que há a fazer e que ainda não foram feitas, para esconderem a manobra e amarrarem os trabalhadores a ela.

Por sua vez, e isto é um bom exemplo, da forma como eles pretendem esconder aos trabalhadores as realidades concretas para que estes não os ultrapassem, falam na aprovação da lei, no cumprimento total da lei, escondendo que esta implica direito de recusa aos agrários e as indemnizações e além das desocupações. Abrem assim, o caminho a novos passos para a destruição da Reforma Agrária.



«...eles encaram a terra não sob a forma de propriedade capitalista. Sabem o que é lutar pelo direito ao trabalho...»

## e a unidade popular

# Conferência de Imprensa da CNPUP

Realizou-se na passada quinta-feira, uma conferência de Imprensa na qual camaradas da CNPUP divulgaram um documento acerca da posição da CN relativamente às eleições para as autarquias locais, o qual transcrevemos nas páginas deste número.

## FRENTE «POVO UNIDO»

Foi denunciado pelo camarada Pedro Goulart o carácter divisionista desta candidatura para as autarquias locais.

«As candidaturas de Unidade Popular são um processo de base, favo-

recem a democracia entre os trabalhadores. Situamos as candidaturas de Unidade Popular na linha da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho. A Frente «Povo Unido» é outra concepção de unidade. É a unidade entre dois partidos. Situamos esta candidatura na linha da candidatura divisionista dos trabalhadores, a candidatura de Octávio Pato.»

## ENCONTRO NACIONAL

O camarada Vieira Lopes viria a informar da realização dum grande encontro nacional, nos próximos dias 2

e 3 de Outubro, encontro esse de activistas e simpatizantes dos GDUP's.

Esse encontro contará de duas partes. A primeira sessão será de trabalho para os elementos activistas das estruturas do movimento e a outra sessão será aberta também a simpatizantes.

O encontro tem como objectivo, avançar na coesão e concretização das candidaturas para as autarquias é para a marcação definitiva do congresso.

## CONGRESSO DOS GDUP

O camarada Salgado de Matos vi-

ria a falar das razões que levaram a CNPUP a alterar a data do Congresso.

«Por um lado tivemos em conta a saída da legislação eleitoral para as autarquias. Por outro tendo em conta a necessidade de preparação dum congresso em termos convenientes, assegurando que ele se traduziria num aprofundamento da unidade e num reforço efectivo da organização e capacidade de mobilização.»

Foi ainda informado que a data de realização do Congresso será marcada definitivamente no encontro Nacional nos próximos dias 2 e 3.

# Os GDUP e as eleições para as autarquias locais

Em anterior contacto com os órgãos de comunicação social, realizado em Agosto, a CNPUP definiu posição quanto à importância destas eleições e anunciou ser firme intenção dos GDUP's estarem presentes nesta importantíssima batalha política.

Reforçando o que entao se disse, afirmamos que, atendendo ao facto de as forças políticas conciliatórias e reformistas não combaterem consequentemente a ameaça fascista, a apresentação de candidaturas de unidade é a única forma de barrar o caminho ao avanço do fascismo e de colocar nas juntas de freguesia e nas câmaras municipais homens e mulheres que defendam os interesses do povo, transformando as juntas e as câmaras em órgãos que contribuam para resolução dos problemas que o povo enfrenta a nível local, desde problemas de saúde e habitação até problemas de carácter cultural e recreativo.

É a altura de anunciar a forma que irá revestir a intervenção dos GDUP's nestas eleições e os grandes objectivos políticos a que se subordinará esta intervenção.

## LISTAS DE UNIDADE POPULAR

Os GDUP's, correspondendo ao seu papel de forças verdadeiramente empenhadas na continuação da unidade dos trabalhadores e do povo irão impulsionar por toda a parte a formação de lista de unidade popular, ou seja, listas formadas por grupos de cidadãos, através de processos genuinamente democráticos e com base em programas de luta elaborados e aprovados democraticamente.

As listas de unidade popular serão constituídas através do seguinte processo:

a) Realização de plenários populares locais, convocados pelas organizações populares de base genuinamente representativas dos trabalhadores ou, no caso de tal não ser possível, por grupos de cidadãos prestigiados;

b) Discussão e aprovação nestes plenários dos programas de candidatura das listas de unidade popular, programas aos quais os componentes destas listas ficarão vinculados durante a campanha eleitoral e na sua acção, enquanto representantes do povo nos órgãos das autarquias;

c) Eleições, nestes plenários, dos grupos de cidadãos que irão integrar as listas de unidade popular.

Para garantir o carácter mais amplo possível aos plenários populares locais e dar-lhes a maior representati-

vidade possível, os activistas dos GDUP's não se pouparão a esforços no sentido de desenvolverem todos os contactos políticos e pessoais necessários.

Os GDUP's darão todo o apoio às listas de unidade popular formadas de acordo com o processo, referido e participarão activamente na respectiva campanha eleitoral. Caso se verifique infracção às regras de democracia dos trabalhadores na formação das listas, seja através de jogadas de gabinete mediante manipulações partidárias, os GDUP's denunciarão com todo o vigor tais manobras e isolarão os responsáveis.

## OBJECTIVOS POLÍTICOS

São os seguintes os objectivos essenciais da formação de listas de unidade popular:

1 — A luta contra o controlo pela direita do aparelho de administração local

As eleições para as autarquias locais (assembleia de freguesias, municipais e câmaras municipais) vão servir para as forças da burguesia, mais uma vez, se lançarem num ataque ferroz às conquistas populares procurando controlar o aparelho de administração local, procurando reforçar o peso dos fascistas no aparelho de Esta-

do central e acelerando o processo de recuperação capitalista. Contra estes claros objectivos da direita só o reforço do Movimento Popular e da sua unidade poderá dar uma resposta fazendo com que a participação activa e organizada das massas trabalhadoras, nesta batalha, apresente ao povo uma alternativa às propostas da burguesia e do reformismo.

2 — Dinamizar e reforçar as organizações populares de base

É necessário não só garantir e incentivar a participação das organizações populares de base genuinamente representativas dos trabalhadores, na constituição de listas de unidade popular, como também reafirmar a completa autonomia dessas organizações em relação ao aparelho de Estado burguês, combatendo as perspectivas da direita e dos conciliadores que pretendem transformá-las em meras estruturas de apoio ao aparelho de administração local.

3 — A luta contra os caciques locais, sua corrupção e acção divisionista

Estes, actuando sob diversas capas, representam o papel das forças antipopulares que pretendem dividir e derrotar o movimento de massas. As listas de unidade popular pelo contrário serão formadas com base na unidade de todos os que estão dispostos a lutar pelo socialismo, contra o avanço do fascismo e a recuperação capitalista e que, aceitando os princípios básicos aqui expostos, se propõem lutar contra todas as manobras tendentes a dividir as massas trabalhadoras. Daí, a importância da luta pela apresentação das listas de unidade popular por grupos de cidadãos, formados pelos trabalhadores e moradores mais directamente ligados aos problemas e anseios das massas populares. A apresentação de listas de unidade popular por grupos de cidadãos tem de ser a resposta do Movimento Popular às manobras dos partidos burgueses que, «partidarizando»

as eleições, vão tentar dividir os trabalhadores.

4 — Defesa intransigente da democracia dos trabalhadores

A formação de listas de unidade popular exige da parte dos GDUP's o seu completo empenhamento de forma a garantir o respeito pela democracia dos trabalhadores quer pela realização de plenários abertos onde as listas serão formadas, quer pela defesa constante do princípio que, os seus elementos eleitos terão de prestar constantemente todas as informações e esclarecimentos às massas populares e às suas organizações representativas, lutando a cada momento para que sejam as organizações dos moradores e trabalhadores a debater e a dar resposta a todos os seus problemas. Os elementos das listas de unidade popular eleitos terão de ser os porta-vozes da vontade, da organização e das experiências de luta dos trabalhadores. As listas de unidade popular têm que assentar, firmemente, no princípio de que o seu programa e os seus elementos devem representar sempre o sentir e a vontade das massas populares, pois só assim será possível combater as perspectivas da burguesia e do reformismo e, através do poder local, controlar a luta das massas para a resolução dos seus problemas concretos.

5 — Os programas das listas de unidade popular serão programas de luta

As listas de unidade popular correspondem programas de luta ligados aos problemas e às necessidades concretas de cada freguesia e de cada município no sentido da mobilização de todos os trabalhadores e moradores para a resolução desses problemas concretos. Só através dessa prática de luta se conseguirá a correcta demarcação e combate às listas eleitoralistas que tudo vão prometer, mas que apenas pretendem, nas costas das massas, utilizar o poder local para dividir e desmobilizar as lutas populares.

CNPUP

Congresso  
dos  
GDUP

## Teses

Várias são as teses que nos têm chegado para o Congresso dos GDUP's, as quais passaremos a transcrever tendo como objectivo uma maior divulgação e consequente discussão.

# Sobre a luta nos bairros

Depois das eleições presidenciais assistiu-se a uma viragem decisiva na vida política nacional. O profundo movimento popular unitário que levantou 800 mil pessoas em torno da candidatura de Otelo foi, não só a prova de que o povo trabalhador não está disposto a regressar ao 24 de Abril de que não permite a recuperação da crise à custa do seu suor, mas também foi a prova de que há uma saída para a crise que atravessamos.

É neste sentido que os GDUP's têm de encontrar as formas de luta adequadas dos objectivos a alcançar.

Neste momento o objectivo principal será aumentar e reforçar a unidade popular, há que alargar os GDUP's a todas as camadas do povo português: operários, camponeses trabalhadores dos serviços, funcionários públicos e trabalhadores agrícolas, há que unir e organizar correctamente a acção dos GDUP's, o amplo movimento de unidade popular, que se ergue em todas as frentes como é o caso dos moradores e ocupantes pobres das conserveiras etc. O Movimento de Unidade Popular tem a sua saída própria para a crise é uma saída revolucionária de liberdade de progresso e de independência nacional em marcha para o socialismo.

O povo português vem demonstrando nas suas lutas que para que a liberdade não mais saia do seu dia-a-dia, é preciso reprimir os fascistas exigir a prisão de Spínola, dos pides, bombistas e exigir a liberdade completa para Otelo e todos os militares revolucionários.

O povo português também não está disposto a pagar a crise que só os capitalistas provocaram ao abandonar as empresas fugindo com os capitais, ganhos à custa do suor dos trabalhadores. Assim nos bairros os GDUP's têm de se ligar aos problemas sentidos pelos moradores e ao mesmo tempo propôr formas de actividade, formas de luta que contribuam para que o povo consiga atingir contando com as suas próprias forças, vencer.

A solução popular que se propõe tendo em conta as bases programáticas da candidatura de Otelo, passa pelas seguintes tarefas principais:

1 — Apoio aos órgãos populares de base (comissões de moradores e de trabalhadores, conselhos de aldeia, colectividades). Os activistas dos GDUP's devem entrar dentro das comissões de moradores colectividades etc. Nos grupos de trabalho culturais, desportivos de saúde de ligação cidade campo sempre que isso for possível e aí levarem à prática acções concretas e não serem os GDUP's a desenvolver actividades paralelas.

2 — Luta contra o avanço da direita e do fascismo.

Os GDUP's deverão lançar uma luta sem tréguas contra a escalada do fascismo organizando o povo nos bairros, vilas e aldeias (como aconteceu em Alhandra) para lutar contra os bufos, e pides que já se passeiam nas

ruas, exigindo a sua prisão e julgamento assim como de todos os fascistas conhecidos. Os GDUP's devem também lutar para que as comissões de moradores vejam os seus poderes alargados.

3 — Luta pelo direito à habitação por uma política de bem-estar para todos os trabalhadores. Os GDUP's devem ser órgãos políticos de apoio às comissões de moradores, conselhos de aldeia, e ligar-se às comissões de trabalhadores da sua área.

No campo da habitação há que incentivar a luta organizada dos ocupantes contra os despejos, pela libertação das casas ocupadas devem contribuir para o fortalecimento da organização autónoma dos ocupantes quer em comissões de luta, quer levantando comissões de ocupantes desmobilizadas. Os GDUP's devem incitar também a lutar contra o descongelamento das rendas, continuar a lutar por creches onde a mãe trabalhadora possa deixar os filhos, a lutar por uma habitação digna para todos: exigir a democratização do ensino e da cultura.

4 — Ligação cidade campo

Os GDUP's devem apoiando as comissões de moradores, aumentar esta ligação quer divulgando as lutas dos trabalhadores, quer das cooperativas. Promover excursões organizando cooperativas de consumo, devem organizar as mulheres para a luta contra as manobras especulativas dos produtores, principalmente dos bens alimentares.

5 — Acção cultural:

Os GDUP's devem ligar-se às colectividades, grupos desportivos organizar conjuntamente todos os tipos de acções que levem o povo trabalhador dos bairros a mobilizar-se cada vez mais, a sentir a necessidade de se organizar para a luta por uma sociedade nova — a dos trabalhadores.

Devem aproveitar todo o material existente para divulgar as lutas contra o fascismo, pela independência, pelo socialismo, para mostrar também o que foi a luta do povo português antes do 25 de Abril, divulgar ao máximo as atrocidades cometidas pela pides, quer seja através de filmes, slides, teatros, cantos populares, debates, exposições, etc.

Aprofundar a discussão política em torno dos problemas sentidos no dia-a-dia pelo povo, é outra função dos GDUP's.

6 — Informações

Os GDUP's devem recolher

notícias de lutas experiências locais para serem divulgadas quer pelo boletim do GDUP de zona, quer pelos jornais regionais populares onde os houver, quer ainda pelo boletim dos GDUP's Nacional «A Luta Continua». Este boletim só assim se poderá tor-

nar cada vez mais um órgão popular, ligado às experiências e aos problemas do povo explorador.

GDUP das Fontainhas Cascais  
Tese aprovada em plenário no dia  
13/9/76



Acabar com as condições de vida miseráveis de grande parte dos portugueses — um objectivo da Revolução Socialista.

Congresso  
dos  
GDUP

## Teses

# • O papel dos GDUP na dinamização e reforço das Organizações Populares de Base

As Organizações Populares de Base constituem uma das componentes do Movimento de Unidade Popular. Parece-nos ser da mais extrema conveniência que, no interior dos GDUPs, componente ideológica do Movimento, se proceda a uma reflexão séria quer sobre a natureza dessas Organizações, quer sobre o papel que aos GDUPs cabe na sua dinamização e reforço, definindo-se, como resultado dessa reflexão, as medidas e as tarefas prioritárias que permitem atingir-se rapidamente os objectivos a que nos propomos.

Este trabalho pretende representar um exemplo dessa reflexão, procurando nas suas conclusões finais, traçar uma via possível de percorrer.

Destruido o aparelho repressivo da burguesia, puderam os trabalhadores, nos seus locais de trabalho e de habitação, organizar-se para exigir do capitalismo direitos tão inalienáveis como o de respirar — fim aos salários de miséria, melhores condições de trabalho — enfim, mais do que pôr fim à exploração capitalista, exigia-se a sua «humanização».

Nesta primeira fase, as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, os Conselhos de Aldeia, foram órgãos meramente reivindicativos que, criados espontaneamente para responder a objectivos pontuais, nunca ou muito raramente, colocaram a questão do poder.

Porém, depressa e à sua própria custa, os trabalhadores verificaram não ser suficiente afastar o patrão ou sanear o chefe, ocupar a casa ou a terra. Não basta, mesmo quando isso se consegue, pôr em causa o aparelho económico da burguesia, quando não se subverte o seu aparelho ideológico e não se destrói até ao fim o seu aparelho militar.

Por outro lado, sem que eles próprios estejam dotados de instrumentos ideológicos e político-militares, os trabalhadores não só não poderão lançar-se na tomada do poder, como nem sequer conseguirão conservar as conquistas obtidas à custa das suas lutas reivindicativas. É desta constatação, surgida na prática da luta, que nasce o carácter político das Organizações Populares de Base.

É num período de extrema agudização da luta de classe no nosso país que a questão do poder é sentida ao nível das massas. Mas essas consciências das massas é uma consciência desorganizada e, portanto, ineficaz no plano prático. Em todo o caso, a crescente violência com que vai sendo exteriorizada impede a burguesia e o reformismo, seu aliado, de recuperarem as lutas dos trabalhadores e de as converterem numa relação dialéctica dinamizadora do próprio processo produtivo capitalista, como sucede em países industrialmente desenvolvidos.

Foi esta incapacidade de recuperação que levou a burguesia ao golpe de 25 de Novembro — antes que fosse tarde, antes que o proletariado pos-

suísse os instrumentos necessários para que a sua violência espontânea, apunhalada pelas traições dos partidos burgueses e reformistas, pelas cúpulas sindicais manipuladas por esses partidos, desse o salto qualitativo que a transformasse em violência revolucionária. Antes que a consciência da classe se organizasse e construísse o seu Partido. Antes que a insurreição fosse inevitável.

Os revolucionários devem ser capazes de aprender a vencer à custa das suas próprias derrotas.

Para os GDUPs, a tarefa de reforçar e dinamizar as Organizações Populares de Base, pressupõe a correcção de vícios existentes e a não repetição de erros cometidos. Conforme já dissemos, um dos maiores atentados contra a organização dos trabalhadores foram as manobras partidárias desenvolvidas a vários níveis e sob diversas formas.

Um princípio inultrapassável é o da autonomia das organizações dos trabalhadores em relação aos partidos e ao aparelho de Estado. Não que os partidos lhes devam voltar as costas. Pelo contrário. Devem, de acordo com a sua análise da situação política global e com uma estratégia revolucionária, apontar táticas que sirvam essa estratégia. Aos trabalhadores, no entanto, compete discutir, aceitar, recusar, alterar, quer a estratégia, quer as táticas sugeridas. Os militantes dos partidos revolucionários devem ser, no bairro, na fábrica, na cooperativa agrícola, principalmente militantes da classe, ao serviço da sua unidade e organização. Devem respeitar a vontade da maioria mesmo quando esta se pronuncie contra a do seu partido.

Deste modo, é perfeitamente legítimo que um partido, mercê da correcção da sua linha e do exemplo dado pelos seus militantes hegemonize uma Organização Popular de Base. Todavia, devem ser utilizados mecanismos que impeçam que esse partido passe da hegemonia ao controlo. Esses mecanismos existem — são as Assembleias de trabalhadores ou de moradores e a possibilidade de a todo o momento revogar órgãos eleitos. A estes órgãos devem com frequência ser exigidas contas do seu trabalho; as Assembleias nunca devem abdicar



Os organismos eleitos pela base dos trabalhadores nas suas assembleias são os seus verdadeiros representantes, tanto para fins reivindicativos como para fins estritamente políticos.

da sua soberania, do seu inalterável direito de traçar directrizes e definir directivas.

Além do manobristismo e do controleurismo, outro erro com consequências historicamente trágicas é o do sectarismo. Talvez, mais do que qualquer outro, tenha contribuído para desmobilizar trabalhadores da luta pela sua emancipação.

Mas além destes erros clássicos, há erros e vícios criados já no seio do nosso jovem Movimento de Unidade Popular, erros e vícios que urge igualmente superar. Um deles é o de se pretender confundir os GDUPs com o próprio Movimento, defendendo o princípio de que as Comissões de Trabalhadores e de Moradores que aceitem as bases programáticas da candidatura de Otelo se devem integrar nos GDUPs. Como sabemos, os GDUPs são estruturas políticas unitárias de base que devem ser alargadas, estruturadas e dinamizadas no âmbito das grandes movimentações de massas. Constituem, neste caso, o local privilegiado para a reflexão ideológica, prescrevendo sempre essa reflexão e as suas análises globais no sentido dos problemas concretos do bairro, da empresa ou da aldeia onde estiverem implantados. Devem ser um instrumento ideológico da organização autónoma, mas não devem nunca procurar substituir a essa organização autónoma.

Outro erro, afinal consequência do primeiro, consiste em subtrair às Organizações Populares de Base elementos para constituir GDUPs. Os GDUPs foram criados para reforçar e dinamizar as Comissões de Trabalhadores e de Moradores. A prática referida constitui uma monstruosa viciação do processo.

Baseando-nos nestas deduções, pare reforço e dinamização das Orga-

nizações Populares de Base, aparecem-nos como medidas e tarefas prioritárias:

- 1 — Preservar a sua autonomia em relação aos partidos políticos;
- 2 — Impedir que de uma eventual hegemonia política, os partidos passem a práticas manobristas e controleuristas, assegurando o funcionamento democrático das Assembleias;
- 3 — Desmascarar e neutralizar a acção das cúpulas sindicais e das autarquias, enfeudadas aos partidos burgueses e reformistas;
- 4 — Lutar, no seio dos próprios GDUPs, contra o sectarismo e o divisionismo, pois só libertos desses desvios ideológicos eles poderão forjar uma ampla unidade das massas trabalhadoras;
- 5 — Lutar, no interior dos GDUPs, contra conceitos deturpadores da essência do Movimento de Unidade Popular, pois a confusão constitui um privilegiado campo para inconscientes manobras.

No confronto que se avizinha, as Organizações Populares de Base poderão e deverão ter um papel de capital importância. Dinamizando-as, reforçando-as, depurando-as dos seus vícios, os GDUPs estarão a contribuir de uma maneira, porventura decisiva, para o triunfo da Revolução.



# Portugal nas relações comerciais internacionais

Esta tese pretende dar um contributo para a definição dum tipo de Sociedade que o Movimento de Unidade Popular propõe às classes trabalhadoras no aspecto que se relaciona com as relações internacionais.

Pensamos que a nossa actividade profissional muito ligada ao comércio externo nos proporciona alguns dados e experiência sobre este assunto.

## 1 — BREVE ANÁLISE DO SECTOR

A nossa dependência do imperialismo levou a que sempre houvesse um maior fluxo de mercadorias na importação criando no nosso sector uma aparente situação de crescimento sem que isso fosse um reflexo do desenvolvimento económico português, muito pelo contrário em muitos casos representando uma regressão económica. Esta criação pela aliança dos capitalistas portugueses com o capital internacional que teve empenho no hiper-crescimento do sector pelos lucros fabulosos que têm proporcionado sem uma contrapartida de investimentos que não necessita visto tratar-se dum sector de serviços. Os interesses dos monopólios internacionais a que as empresas do nosso sector estão ligadas, manifesta-se ainda pelo facto de os transportes nacionais nacionalizados estarem neste momento a dar enormes prejuízos (veja-se orçamento de 1976 défice nos transportes nacionalizados — 8 milhões de contos) enquanto que os transportes dos monopólios internacionais continuam a tirar milhões de contos de lucros relativos a transportes de mercadorias de e para Portugal transportes esses que poderiam ser grande parte canali-

záveis para os transportes nacionalizados desde que o nosso sector tivesse estruturas socializadas ou seja perfeitamente voltadas para a defesa da nossa economia e consequentemente da independência nacional.

Um exemplo flagrante desde que acabámos de afirmar é o facto de parte da nossa frota de camiões da TIR nacionais ser mantida debaixo de aluguer pelos monopólios internacionais para o transporte de mercadorias de e para Portugal. Embora o mesmo não se passe nos transportes marítimos, o certo é que muitos dos navios portugueses passam parte do tempo ancorados em Lisboa ou são forçados a uma subutilização.

Para a solução deste grave problema a nacionalização das estruturas do nosso sector não é tudo, pois está intimamente ligado à necessidade da nacionalização do comércio externo, pois aí se insere um aproveitamento mais racional das necessidades de importação e da capacidade de exportação.

## 2 — O COMÉRCIO EXTERNO

Aqui importa-nos abordar apenas alguns aspectos do comércio externo



Da forma como se processarem as nossas relações comerciais com o estrangeiro...

que interessem para a fundamentação desta tese pois é uma análise exaustiva de todas as importações relativas ao comércio externo sairia fora do âmbito deste trabalho.

Vamos pois centrar a nossa análise na desmontagem da orientação dos nossos principais compradores e fornecedores que são os países imperialistas do bloco CEE e Estados Unidos. A nossa economia só por este facto está totalmente dependente destes blocos económicos e por isso mesmo o volume e tipo de produção nacional dependem mais dos interesses desses países do que das nossas necessidades internas. Assim os investimentos imperialistas em Portugal tiveram sempre em vista o aproveitamento de alguns recursos nacionais nomeadamente a força do trabalho visando os interesses de acumulação do capital desses blocos a nunca satisfação das necessidades dos trabalhadores portugueses. Assim os nossos recursos foram-se delapidando (ver caso dos minérios) sem que criassem uma estrutura produtiva que nos permitisse resistir ao boicote imperialista.

Com uma agricultura e pescas pouco mais que artesanais vemo-nos na necessidade de importar neste momento grande parte dos bens alimentares enquanto fábricas dos principais produtos de exportação (ex.: Têxteis) fecham ou entram em falência só porque a margem de lucros baixou e deixa de interessar aos grandes monopólios internacionais. Assim para cobrir as importações ainda que só de bens alimentares não dispomos de produção industrial suficiente e em termos de competição.

Verificamos ainda que em termos de as nossas exportações são sempre pagas por valores inferiores aos das importações.

Esta situação em Portugal é idêntica à da maioria dos países com este tipo de economia dependente que não conseguem sobreviver sem atravessar graves conflitos sociais que põem em causa a continuação no poder das classes dominantes. Nesta circunstância o imperialismo só tem uma solução para que os seus representantes (Partidos ou classes) não percam o domínio da situação: fazer empréstimos originando que os consumos não baixem bruscamente pois procedendo dessa forma mantém quietos e encaçados os trabalhadores.

## 3 — CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se pode tirar é a de que para a construção de uma sociedade socialista, onde acaba a exploração do homem pelo homem onde no plano internacional não haja países subjugados a outros países ou a grupos económicos internacionais, é indispensável a nacionalização e o controlo pelos trabalhadores (ou seja pelos seus órgãos de classe) de todas as estruturas do comércio externo.

A segunda conclusão da análise feita atrás é a de que se torna necessário para a construção duma sociedade socialista que tem de assentar na independência nacional defender claramente as relações preferenciais nas trocas de comércio externo as quais devem passar por uma solidariedade internacionalista. Torna-se evidente que uma independência em relação ao imperialismo só pode ser garantida com um grande desenvolvimento das relações, nomeadamente as comerciais com os países progressistas do Terceiro Mundo e em especial as ex-colónias na base das relações comerciais igualitárias ou numa base de ajuda fraterna. Estas relações entretanto só podem ser estabelecidas com países que pratiquem uma política anti-imperialista de não alinhamento com alguns dos grandes blocos económicos e políticos mundiais, URSS ou Estados Unidos, nem tão pouco com a República Popular da China, cuja política externa reaccionária é de permanente aliança com o imperialismo europeu e norte-americano que teve como consequências desastrosas entre outras a traição clara aos interesses do povo angolano aquando da luta pela independência ou os interesses dos trabalhadores chilenos reconhecendo e ajudando a manter a ditadura fascista de Pinochet.

O Movimento de Unidade Popular como direcção política e ideológica tem que desde já apontar às classes trabalhadoras o novo tipo de sociedade que defende nos mais diversos aspectos nomeadamente na importante questão das relações internacionais.

É este o objectivo desta tese. GDUP dos agentes de navegação trânsitos tráfego TAP e viagens (Porto) Tese aprovada no plenário do GDUP realizado em 15.9.76 (unanimidade).



... depende muito do que será a nossa independência nacional.

e a unidade popular

# UNIDADE ONDE E COMO?

Uma vez mais voltamos a esta questão, depois de lhe termos pegado tantas vezes quantos os saltos na situação ocorridos desde o 25 de Abril de 1974. Cremos ter chegado o momento de se levar até ao fim e até às últimas consequências a discussão sobre tão importante quão melindroso tema cuja permanente actualidade o tem mantido, desde que o homem passou a viver em pequenas sociedades, na mira das preocupações, das teorizações, dos escritos, dos discursos e do trabalho social e político.

A UNIDADE nunca foi coisa abstracta, porque nunca teve raízes de ordem moral. Foi sempre concreta porque os obstáculos a remover (e que estiveram na sua origem) foram sempre coisa de fundo material, a que não faltou nunca uma expressão física evidente. E, ontem como hoje, só ultrapassa grandes obstáculos quem é motivado pela perspectiva de alcançar um fim em vista.

Daí que a UNIDADE seja tanto mais vasta quanto maior for o leque de forças interessadas no objectivo a atingir; daí que a UNIDADE seja tanto mais profunda quanto mais vital para as forças interessadas for o objectivo. Temos, portanto, que o aspecto quantitativo depende da dimensão do leque, e que o aspecto qualitativo é função da importância do objectivo em torno do qual se forja a UNIDADE. Logo, é preciso reconhecer na UNIDADE a contradição entre a qualidade e a quantidade, sem o que em política, se corre o risco de se cair no isolamento (olhar apenas o aspecto qualitativo), ou na perda do teor que lhe dá vitalidade e viabilidade (atender apenas ao aspecto quantitativo). E, aliás, nesta contradição que reside a explicação para a inevitabilidade histórica da transformação da UNIDADE forjada, logo que o obstáculo a remover é ultrapassado.

A barreira a transpôr e o objectivo a atingir estão interligados, dialcticamente. Também eles, obstáculos e objectivo são coisa material, ou de raiz material. Daí que não se repita duas vezes na história a mesma relação obstáculo/objectivo, já que a ultrapassagem dum sistema (com as suas contradições) dá sempre lugar a outro sistema (com as suas novas contradições). Por outras palavras, a transposição dum obstáculo e o consequente alcançar do objectivo em vista, dá lugar a outro objectivo (novo) ao qual se oporão novas barreiras.

**PARA QUÊ?**

Assim sendo, gritar que «A UNIDADE FAZ A FORÇA», ou simplesmente «UNIDADE» é repetir verdades de La Palisse cujo ridículo seria comparável à do idiota que pensasse bastar ver água para matar a sede! Se é verdade que a questão UNIDADE se põe sempre, é também verdade, para que seja viável e frutífera que sempre se coloquem duas interrogações fundamentais: para quê? Contra quem?

Não colocar estas questões é cair numa posição tipicamente idealista própria de quem não vê a UNIDADE como uma necessidade resultante de outra necessidade: a de vencer a barreira que se ergue entre o objectivo e quem procura atingi-lo. UNIDADE por si só, não é nada, porque não poderá passar de um instrumento de defesa. Falar de UNIDADE sem falar do objectivo a atingir, é retirar-lhe a força anímica capaz de a tornar viável, de a transformar de instrumento de defesa em instrumento de contra ofensiva, sem o que não há vitória possível.

A resposta à interrogação para que(?) é a ESTRATÉGIA, e não é possível encontrá-la separadamente da resposta à segunda interrogação: contra quem?! Eis porque, pretender definir estratégia escamoteando a interrogação para que(?), ou fixando-se no contra quem(?) é condenar ao impasse e ao malogro qualquer tentativa unitária, já que está desprovida de alternativa, caucionada como única exequível a barreira que se lhe opõe.

Daí que seja fundamental, em qualquer momento, a definição clara do objectivo: a estratégia. E como esta implica (ou pressupõe) sobremaneira questões de natureza ideológica e política, é óbvio que a nenhum lado se chagará se não se definir política e ideologicamente o «centro» a partir do qual se virá, então, a colocar o problema da UNIDADE. Pretender construir a UNIDADE evitando a definição estratégica política e ideológica desse «centro» é pôr a carroça à frente dos bois, obrigando, a curto prazo, à marcha atrás.

**REVOLUÇÃO SOCIALISTA ÚNICA ALTERNATIVA VIÁVEL**

Hoje, para os revolucionários, a questão que se coloca é primeiramente, a da definição do objectivo a atingir. A análise económica, social e política da sociedade portuguesa aponta claramente para um objectivo: a Revolução Socialista. Com isto não se pretende é óbvio, dizer que as relações sociais de produção vão ser todas de carácter socialista (proletário). Tal é impossível pelo simples facto de não haver capitalismo puro. A verdade porém, é que, das actuais relações sociais de produção só poderá nascer um sistema novo que será fundamentalmente caracterizado por relações sociais de produção de cariz socialista (proletário). O proletariado em Portugal, está demasiado consciente e dessemelhado para permitir que o poder seja depositado, pela pequena burguesia, nas mãos dum qualquer aparelho partidário de tipo clássico. Não há, para um grau de desenvolvimento económico social como o de Portugal actual, espaço político para paternalismos de iluminados partidos políticos, por muito que estes tentem fugir ao cerne da questão: a definição da estratégia, as definições políticas e ideológicas.

**NÃO HÁ LUGAR PARA O CAPITALISMO DE ESTADO**

Quer queiram, quer não, não existe outro projecto viável de alternativa ao fascismo que não seja a Revolução Socialista. Isto, porque, por muito que lhes doa, o proletariado é o único capaz dessa alternativa. A História não faz marcha atrás do ponto de vista das relações sociais de produção; logo, a pequena burguesia não tem aqui (e por maioria de razão nos países do centro da cadeia imperialista) possibilidades de apresentar qualquer alternativa. A ela própria, pequena bur-



«... Daí que a UNIDADE seja tanto mais vasta quanto maior for o leque de forças interessadas no objectivo a atingir; daí que a UNIDADE seja tanto mais profunda quanto mais vital para as forças interessadas for o objectivo»

guesia, não lhe resta senão escolher como morrer: ou proletarizando se em capitalismo através da sua ruína económica e social, ou proletarizando se em socialismo (ditadura do proletariado), ganhando sobremaneira nos aspectos social, cultural e político a contra partida da perda progressiva da raiz económica da sua actual condição de classe. Em Portugal, por muito que custe aos pró «soviéticos» ou aos pró «chineses», não há lugar para CAPITALISMO DE ESTADO! Não ver isto, pretender que é através de concessões políticas, ideológicas e estratégicas, que a UNIDADE com a pequena burguesia rural e urbana é viável, eis o que há de mais absurdo e miope, e que, na medida em que esvazia de conteúdo a alternativa que poderia cimentar essa UNIDADE, a atira (a ela pequena burguesia) para as mãos do fascismo, isto é, da grande burguesia e do imperialismo.

A resposta à questão para quê (?) só pode, pois, ser uma: para a REVOLUÇÃO SOCIALISTA. Concomitantemente, e pelas mesmas razões, o contra quem (?), não pode ser o fascismo (abstractamente), mas contra o CAPITALISMO DE que o fascismo não passa de uma forma de exercício. Que o poder só pode cair, a curto prazo, nas mãos da grande burguesia e do imperialismo, parece-nos facto evidente. Que o proletariado tem de conquistar para o seu lado a pequena bur-

guesia, eis a segunda grande questão a que urge responder.

**A CORAGEM POLÍTICA NECESSÁRIA**

Mas a resposta a esta questão não é possível sem a satisfação da condição primeira: o fortalecimento político, ideológico e orgânico do proletariado, o que pressupõe, já uma clara definição estratégica política e ideológica. No fundo, a coesão ideológica e estratégica que cimenta a UNIDADE dos revolucionários, condição primeira para perspectivar o proletariado nas lutas e na organização. Então, sim, será viável a UNIDADE com a pequena burguesia, à luz da viabilidade da alternativa do proletariado: a REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Definir, pois, prioritária e urgentemente as linhas mestras pelas quais se regerá e cimentará a unidade dos revolucionários, eis a coragem política que cada militante e cada organização interessadas devem assumir. Ai chegados, não tardará o aparecimento do forte partido revolucionário indispensável, capaz de perspectivar as lutas de massas, de criar as condições internas que permitam ao proletariado repôr-se na vanguarda da luta de classes em Portugal. Ai chegados, estará preenchida a condição que hoje falta para materializar a UNIDADE com a pequena burguesia, na perspectiva dum alternativa viável a REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

## dos trabalhadores

## Luta dos Trabalhadores

Nos últimos tempos têm-se vindo a assistir ao regresso dos patrões às empresas, à desocupação de herdeiros que os trabalhadores tinham ocupado e cultivado. Tudo isto em nome da «democracia».

O Governo constitucional tem-se empenhado em prosseguir na sua política de recuperação capitalista. Por isso, as negociações com os patrões para lhes entregar as empresas que eles tinham abandonado e que os trabalhadores mantiveram até agora para assim conseguirem o direito ao trabalho e à sobrevivência. Mas para o Governo isso não chega e para aqueles patrões que não estão interessados em voltar às «suas» empresas essas provavelmente serão aquelas, a que Mário Soares se referia e às quais será declarada falência e consequentemente encerradas. Isto representará muito mais alguns milhares de trabalhadores no desemprego. Diz Mário Soares que o Estado não pode continuar a dar dinheiro para empresas falidas, mas pode pagar aos capitalistas indemnizações, das empresas que foram nacionalizadas. As lutas que os

trabalhadores neste momento desenvolvem é contra a recuperação capitalista é pelo direito ao trabalho. Os trabalhadores não poderão consentir que aqui e ali os patrões voltem e venham usurpar aquilo que os trabalhadores conquistaram, que aqui e ali os moradores pobres voltem a habitar barracas, que os grandes latifundiários voltem a receber o produto daquilo que nunca semearam. Do Governo, os trabalhadores só têm a esperar a política do «casse-tête» para os reprimir, para lhes tirar as casas, as empresas, os campos.

A política do Governo constitucional é mais um passo a caminho para o fascismo. A crise económica não poderá ser paga pelos trabalhadores, como o Governo constitucional quer. A crise é do capitalismo, e serão os capitalistas que a terão de pagar. Mas para isso é necessário que os trabalhadores se unam e organizem em torno de objectivos concretos. Se unam e organizem na luta contra as desocupações, na luta contra os despedimentos, na luta contra o aumento do custo de vida.



Braço Forte — operárias ocupam a fábrica durante a greve que fazem em sinal de recusa por serem obrigadas a trabalhar de pé.

## MONTIJO

## "Braço Forte" — operárias contra repressão do patrão

No Montijo existe uma empresa de enchidos e de fornecimento de carne fresca. Nela trabalham 32 trabalhadores e que até agora sempre o fizeram sentados. No entanto o patrão resolveu exigir-lhes que o trabalho se efectuasse de pé. Aconteceu que as operárias (entre 40 a 60 anos) sofrendo de doenças que se podem considerar profissionais não podem suportar o duro trabalho que efectuam de pé.

As trabalhadoras antes de entrarem em greve recorreram ao seu sindicato que efectuou várias reuniões

com o patronato e representantes do Ministério do Trabalho sem nada conseguirem resolver. Entretanto os trabalhadores do ramo (cerca de 4000) ameaçaram entrar em greve para assim se solidarizarem com as operárias da Braço Forte.

## OVAR

## Rabor — Não ao regresso da ITT

Os trezentos e cinquenta e nove trabalhadores da RABOR, aprovaram em plenário por unanimidade e aclamação o não ao regresso da empresa para a multinacional ITT.

O plenário para discussão da situação da empresa, foi convocado em virtude de o governo estar em negociações com a ITT com vista ao regresso desta multinacional.



Rabor — uma posição política contra a ITT.

## PORTO

## Na Alcides Ferreira trabalhadores ocupam pedreira

Há já três meses que os patrões não pagam aos trabalhadores que prestam serviço naquela pedreira.

O patrão que não comparece às reuniões com os trabalhadores, e o ministério do trabalho, o que motivou que os trabalhadores ocupassem as instalações da empresa para assim pressionar o patrão a comparecer às reuniões.

## LISNAVE

## De novo a traição do reformismo

Lisnave — um grande estaleiro onde trabalha uma população operária que ao longo destes dois anos deu provas de combatividade, mas também das enormes contradições criadas pelo processo.

Os operários da Lisnave têm vindo a discutir um caderno análise das reivindicações daquela empresa que foi apresentado em Junho de 1976.

Numa assembleia de delegados foi nomeada uma comissão — Comissão do Leque Salarial — composta por dez elementos que teria como função apresentar uma proposta aos trabalhadores. Acontece que essa proposta foi feita para a discussão nas bases e foram feitas várias adendas àquela como por exemplo da Lisnave/Rocha, serviço de Casco, administrativos entre outras.

Não foram estas adendas respeitadas pela comissão do leque salarial que em novo plenário de trabalhadores, põe a sua proposta à votação acabando por ser aprovada por cerca de 400 trabalhadores que mantiveram até ao fim do plenário (no princípio eram cerca de 1300). Essa proposta da comissão é apresentada à administração que a rejeita e que apresenta uma contraproposta.

Novo plenário é convocado e os trabalhadores rejeitam a contraproposta da administração, tendo esta dado um prazo de oito dias para os trabalhadores resolverem. Ao fim desses oito dias os trabalhadores voltam a reunir, e qual é o seu espanto quando a proposta da administração já tinha sido recusada, ela é posta novamente à discussão dos trabalhadores. Mas não só. O CGT informa que essa proposta já estava assinada por dois ministros, e que portanto ou os trabalhadores a aceitavam ou não teriam nada.

## O CONFLITO

E é com estas informações que

## COIMBRA

## 157 trabalhadores despedidos na AGFA

A multinacional AGFA resolveu despedir 157 trabalhadores. A CT emitiu um comunicado no qual denuncia mais esta manobra das multinacionais, que o nosso país mais não tem feito do que sabotar a economia e provocar baixa de produção. No seu comunicado diz ainda que espera que o governo dê uma resposta enérgica e capaz a mais este atentado ao direito ao trabalho.



surge a grande discussão, a grande confusão do plenário. Se os ânimos já estavam exaltados mais ficam quando a mesa não respeita inscrições e só deixa falar quem quer. E como não poderia deixar de ser, surge o requerimento (velho método de manipulação das assembleias) para pôr novamente à votação a proposta da administração (ainda só tinham falado seis trabalhadores).

É exigido à mesa que mostre esse requerimento e a resposta é dada a murro.

A partir daí está criado o ambiente propício à confusão, à agressão entre os trabalhadores. A mesa aproveita, põe à votação e como ninguém levanta o braço considera aprovada a proposta da administração e desaparece da sala. Um dos elementos da mesa ainda é apanhado pelos trabalhadores, é agredido, mas consegue escapar-se tendo depois ido ao hospital mas não tendo ficado ferido gravemente como chegou a constar.

De tudo isto, há a apurar um saldo bastante negativo. A agressão entre os trabalhadores só poder servir aos intentos da administração. Os reformistas do PC, que tudo cozinharam com a administração, não quiseram admitir a discussão entre os trabalhadores, não respeitaram as decisões tomadas em assembleia geral, órgão máximo de decisão dos trabalhadores. Manobram, provocaram o conflito e agora culpam os «esquerdistas».

Para os operários da Lisnave isto já não é novo.

Neste momento, começam-se a fazer reuniões de sector para analisar a situação e tomar medidas. Os trabalhadores não estão dispostos que o reformismo continue a reinar e a trair.

## nas fábricas

## FABRICA DE PRODUTOS ESTRELA

## VITÓRIA DOS TRABALHADORES

## • A HISTÓRIA DE UMA LUTA

No anterior «Revolução», veio apenas uma análise ao desenvolvimento duma Comissão de Trabalhadores que sucedem a outra inoperante na resolução interna dos trabalhadores, e referindo que um operário, membro da CT, tinha sido suspenso pela gerência ao que a maioria dos trabalhadores tinha-se solidarizado entrando em greve.

Na realidade tudo começou, quando um grupo de trabalhadores tinha contactado a CT, para a realização dum plenário para discussão de assuntos de interesse geral. O contacto tinha sido feito pelo GDUP, que tinha já reunido uma vez para a sua formação à qual assistiram um reduzido número de trabalhadores. A CT tal e qual lhe competia, fez seguir por memorial para a Administração a pedido do plenário referindo a sua marcação para as 18,15 horas do dia seguinte. Os administradores faltando ao acordo feito com a CT fazem sair um comunicado directamente aos trabalhadores sem que primeiro fosse analisado ou dissesse tivesse conhecimento a CT.

## COMUNICADO

- 1 — Tomou a Administração conhecimento através do MI n.º 111/76 da Comissão de Trabalhadores da realização em

por intermediário dum seu elemento arrancado do «placard» para uma análise que seria feita depois do almoço (14 h) pois consideravam-no irrealista, demagógico e divisionista. Assim e quando este operário na entrada para a laboração do período da tarde ia marcar o seu cartão, verificou que este não se encontrava no lugar. Dirigiu-se à secção de pessoal para averiguar e foi-lhe lá dito que estava suspenso por ordem do director fabril (eng. Parente) e que aguardasse o regresso dele. Posto isto o operário e elemento da CT dirigiu-se para a referida reunião que já decorria, e informou os presentes do sucedido. Depois de uma breve apreciação, este órgão autónomo de vontade popular, já informado da presença do director fabril nas instalações decide mandá-lo chamar para discussão e possível resolução deste problema.

Vindo este, logo de início, tentou fugir ao fundo da questão acabando por dizer que só se poderia pronunciar depois duma exposição que lhe fosse feita. Foi de seguida elaborada essa

do que estava suspenso pela administração mas não o estava pelos trabalhadores e que estava à espera da posição administrativa face à exposição da CT. Retorquiu-lhe agora o director fabril e sócio gerente que o acompanhasse de imediato e que ele lhe daria já uma resposta. Disse ainda o operário que sim que agora o acompanhava sem que no entanto fosse avisar os seus camaradas da CT contra a vontade do gerente que não o admitia. Passados uma hora e meia foi dito a este que iria sair um comunicado o qual lhe foi lido antes e dactilografado. Como os restantes membros da CT estavam a aguardar a posição da gerência, o operário já informado dirigiu-se-lhes para assim os pôr ao corrente dos factos.

Juntamente com eles estavam um grupo de trabalhadores aguardavam a saída do referido comunicado que acabou por sair cerca das 20,30 horas.

## «A COMISSÃO DE TRABALHADORES

Em face da exposição exarada da CT relativamente à suspensão do colaborador José António da Silva Pereira a Administração informa:

«... foi intersectado pelo director fabril com modos agressivos, perguntando-lhe o que andava ali a fazer, que estava suspenso e que o acompanhasse de imediato para o «olho da rua». Respondeu-lhe o operário dizendo que estava suspenso pela administração, mas não pelos trabalhadores...»



76 de uma reunião, fora do horário de trabalho mas utilizando as instalações da empresa, solicitada por um grupo marcadamente político.

- 2 — Já por diversas vezes a Administração lamentou e volta a fazê-lo por a CT estar de acordo c/realizações de feição vincadamente política, o que não está de modo nenhum no espírito nem na letra do acordo c/os princípios que devem nortear uma verdadeira Comissão de Trabalhadores.
- 3 — Já se disse que aqui só nos devemos interessar problemas da empresa e do trabalho e não compreendemos conotações políticas sejam elas quais forem da nossa Comissão de Trabalhadores, por isso não pode a Administração estar de acordo c/tais realizações.»

Este comunicado que foi afixado 5 minutos antes da saída para o almoço, foi por determinação da CT e

afixação) foi da interia vontade de toda a Comissão de Trabalhadores, então o assunto toma proporções muito mais graves pois desacredita na sua totalidade os membros da CT, já que corroboraram numa atitude irreflectida e insensata, deixando de ter junto da Administração o mínimo de credibilidade (o que nos não parece ser assim, pois temos consciência de que alguns elementos existem c/plena consciência das suas responsabilidades).

- 3 — Esclarece-se que sempre a Administração tem dirigido comunicados quer à CT quer a Todos os Trabalhadores consoante os assuntos a tratar, e não exclusivamente à CT, como se diz na exposição.
- 4 — Se a CT considera demagógico e divisionista o comunicado n.º 59 essa é sua própria opinião o que a Administração repudia inteiramente, pois o nosso espírito é justo e contrário.
- 5 — Se a CT pretende tornar-se solidária c/o colaborador sr. José António da Silva Pereira

exposição dizendo o porquê do retirar do «placard» do comunicado, e que este não tinha sido retirado por um mas sim pela Comissão de Trabalhadores e que a haver suspensões era para esta e não para o seu elemento. Foi esta logo de imediato enviada à Administração, regressando toda a CT aos seus postos de trabalho, à fim de esperar lá pela resposta. Quando o camarada alvo da suspensão entrava na sua secção foi logo alvo da repressão pelo seu chefe, já muito conhecido pelas suas atitudes repressivas e fascistas. Ainda não tinha acabado a sua tentativa de actuação quando entra na mesma secção um outro elemento da CT e que foi também de imediato acerçado pelo repressivo senhor ferido-lhe sido feito o mesmo que ao anterior, agora de maneira agressiva. O operário suspenso, agora consciente da manobra que estava a ser preparada, não responde à provocação e resolve ir para o refeitório com o fim de lá esperar pela resolução do problema. Entretanto e antes que lá chegasse foi intersectado pelo director fabril com modos agressivos, perguntando-lhe o que andava ali a fazer, que estava suspenso e que o acompanhasse de imediato para o «olho da rua». Respondeu-lhe o operário dicen-

- 1 — A suspensão do referido colaborador baseia-se na infracção por este estar hoje cometida por acto de indisciplina, desautorização, abuso de confiança, desobediência ilegítima e ofensa à dignidade da entidade patronal (inicialmente relativamente a um comunicado assinado pelo eng. Adérito Parente e posteriormente na própria pessoa e directamente ao referido sócio-gerente desta empresa), pelo que dado a sua gravidade terá a tratamento igual ao de qualquer outro colaborador da empresa, isto é, será levantado o respectivo processo disciplinar, pelo que se convocam todos os delegados sindicais para uma reunião a realizar amanhã dia 10 pelas 9 horas.
- 1.1 — Estão em causa infracções às Cláusulas 25.ª ponto 1 alíneas c) e d) e cláusula 86.ª ponto 1 alíneas b), h) e j) do CCT dos profissionais de desenho.
- 2 — Se a primeira atitude (arrancamento do comunicado n.º 59 de 9/9/76 dos locais de

e se considera suspensa, isto é da sua inteira responsabilidade.»

Face a este comunicado, a posição da CT foi de imediato auto-suspenso, incluindo delegados sindicais, e irem todos para a reunião do dia seguinte que se registou logo às 8 horas uma paralização de quase toda a produção não admitindo os trabalhadores a suspensão de nenhum camarada seu pelos motivos injustificados e inadmissíveis apresentados pela administração. A reunião teve início não às 9 h mas sim às 11 devido ao director fabril acompanhado do seu laiaço o encarregado geral aliciado sem resultado os trabalhadores durante esse tempo a regressarem aos seus postos e recomeçarem a trabalhar pois segundo ele tudo iria ficar resolvido. Teve a dita reunião uma duração de 4 horas em que o administrador (director fabril) começou por querer despedir, depois suspensão de 15 dias e acabando por recuar para três dias e sobre o qual não mais cedeu. Embora a gerência começasse a ter falta de motivos válidos para as suas posições, tenta a partir de agora fazer crer que a paralização e toda a luta tinha um cariz unicamente político. A CT depois





de acabada a reunião fez uma outra alargada com os trabalhadores os quais se mostravam intransigentes face à suspensão do camarada. Assim e depois de breve discussão foi uma delegação da CT à gerência conforme o combinado participar a posição unânime dos 75 por cento dos trabalhadores da empresa que continuariam paralizados até formas de luta mais drásticas se não fosse levantada de imediato a suspensão do camarada sem prejuízo do seu salário. O dia seguinte surgiu com a mesma situação e com a intenção de resolver o problema houve uma reunião entre

da Silva Pereira, e a circunstâncias várias dela decorrentes, decidiu a administração que o referido colaborador continua suspenso sem perda de vencimento até à conclusão de um processo disciplinar a instaurar nos actuais preceitos legais, pelo que será nomeado para o efeito um inquiridor que se ocupará da instrução do processo.

Informa-se que, como é evidente, é proibido ao sr. José António Fernandes da Silva Pereira, o acesso às instalações fabris da empresa enquanto suspenso.

A administração informa que todo o tempo, do pessoal que paralisou a

verificado no passado dia 10, e consequentes, é uma situação tão difícil como perigosa, que cabe resolver aos trabalhadores, até porque foi criada por alguns (que todos conhecem).

A agitação de modo a procurarem a paralização total da empresa, as ameaças a boicotagem às saídas de material do armazém, e todas outras para provocarem a paralização total da empresa.

A maneira tresloucada como invadiram a contabilidade no momento em que os trabalhadores das secções administrativas e armazéns, já ao fim da tarde estavam por vontade própria

peças) a real verdade. E se a administração quizesse assistir ao plenário seria conveniente, pois ouviria concerta muitas verdades que os trabalhadores queriam vomitar. Deparam-se mais manobras nas horas que antecedem o plenário, especialmente os trabalhadores do escritório que tentaram desviar os seus já conhecidos «democráticos» dirigentes sindicais. Enfim realizou-se, o desejado plenário com a duração de 5 horas e gravada em fita magnética, com a presença de todos os citados e administração. Depois do desmascaramento, em especial dos reaccionários (Carlos e eng.



**«... Depois desta ingénua provocação, os trabalhadores apoiados pela sua Comissão demonstraram o seu poder de militância revolucionária, respondendo com nítido desprezo, fortalecendo ainda mais a sua união e a sua luta. Entretanto a reacção iria novamente atacar no dia seguinte por intermédio do encarregado geral...»**



a CT, a gerência e uma delegação do movimento sindical. Esta que durou toda a manhã e princípio da tarde, finalizou com o mesmo impasse. Continuaram os trabalhadores na sua luta formando agora piquetes de greve a que a dado momento esta medida começou a dar os seus frutos detectando uma reunião clandestina na contabilidade. Os operários não permitindo mais manobras, invadiram as instalações com o intuito de se aperceberem do conteúdo da reunião que tinha o fim de exarar um documento fura-greves e não verdadeiro que seria enviado aos sindicatos e ministério do trabalho.

Passaram-se mais de dois dias sem que os trabalhadores reunissem ou desmobilizassem durante os quais a administração se fez sair com dois comunicados.

«Conforme participação à Administração, do director fabril e também sócio gerente da empresa, sr. eng. Adérito Aquino Parente e face ao evoluir da situação, da gravidade e complexidade de que se revestiram todos os acontecimentos ocorridos na Empresa em 9 e 10 do corrente, directa ou indirectamente ligados à suspensão do sr. José António Fernandes

sua actividade profissional no dia 10/9/76 será descontado nos vencimentos do fim do mês de Setembro. Assim como toda e qualquer paralização que se venha a verificar, sendo consideradas feitas não justificadas.»

Posto isto e ao sexto dia de greve os trabalhadores decidem a efectivação dum plenário geral de trabalhadores, para às 15 horas do dia seguinte com convocatórias feitas aos sindicatos e ministérios do Trabalho. Enquanto que grupos de trabalhadores se dedicam à informação no exterior, a CT prepara o plenário e refira-se mais uma vez a eficácia dos piquetes ao dectetarem agora um trabalhador (?) ligado ao CDS, a distribuir clandestinamente panfletos, pelos postos de trabalho na hora do almoço.

**«UM APELO À CONSCIÊNCIA E À CORAGEM»**

«Quem quer continuar a brincar, com o sustento de todos?»

A grave situação criada, por certos colegas de trabalho ao tentar criar a anarquia, a indisciplina, e a instabilidade dentro da empresa, conforme o

a fazerem o ponto da situação e a analisarem as graves consequências que poderão advir para todos os trabalhadores por causa das atitudes irreflectidas e irresponsáveis de outros, que também se dizem reabaldados.

Triste é, que sejam alguns dos elementos da própria CT que manipulam toda esta situação, tendo como alimentadores de forças e coações os nossos já conhecidos colegas de sempre.

Onde iremos parar com toda esta anarquia e indisciplina existente na empresa? Que respondam os conscientes...»

Depois desta ingénua provocação os trabalhadores apoiados pela sua comissão demonstraram o seu poder de militância revolucionária respondendo com nítido desprezo, fortalecendo ainda mais a sua união e a sua luta. Entretanto a reacção iria novamente atacar no dia seguinte por intermédio do encarregado geral e do seu comparsa Carlos Gomes que junto dos poucos trabalhadores que não tinham aderido diziam que não iam ao plenário porque a administração queria estar presente e a CT não a admitia. A CT quando sabedora desta manobra, rompe fábrica dentro e diz aos poucos trabalhadores presentes (a maioria já paralizados por falta de

Parente), das intervenções de vários trabalhadores do movimento sindical, da administração e do ministério do Trabalho, o plenário acabou com a retubante vitória dos trabalhadores ao ser aceite como única alternativa a proposta da CT com um voto contra e quatro abstenções, assim como a «forçada aceitação da Administração». É o seguinte o teor da proposta:

- 1 — Levantamento imediato da suspensão do camarada da CT sem qualquer prejuízo do seu salário.
- 2 — Levantamento da greve.
- 3 — Nomeação duma comissão de inquérito para análise da situação actual e geral dentro da empresa, em que façam parte sindicatos, Comissão de trabalhadores, administração e ministério do Trabalho.

Assim e ao fim de sete dias de greve os trabalhadores ganharam devido à sua determinação e consciência revolucionária na sua luta, a luta dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos deste país em prol da Revolução Socialista.

## internacional

## CHILE



# Declaração sobre o 11 de Setembro de 1973

No último número do jornal «Revolução» abordámos a questão dos Cordões Industriais, como experiência de luta no Chile e também fizemos uma breve exposição acerca da responsabilização do reformismo frente ao fracasso da «experiência chilena» para o socialismo.

Na medida em que o «Revolução» volta a sair hoje, publicamos grandes extratos de um documento do Movimento de Esquerda Revolucionária «MIR» elaborado pelo Comité Exterior desta organização revolucionária.

Nesta declaração o MIR desenvolve uma breve análise da situação internacional e da situação política da ditadura militar chilena e da luta de classes no Chile, apontando que «não é possível continuar com análises gradualistas que sustentam o debilitamento progressivo e contínuo da ditadura desde o 11 de Setembro de 1973 até à presente data». Assim como «As implicações políticas deste tipo de análise são claras, a ditadura cairá, em grande medida, por efeito de suas próprias contradições internas, pela pressão internacional e pela formação de uma frente antifascista». O MIR, afirma a declaração, considera que «isto não ajuda a luta, apenas a conduz a um beco sem saída».

Na parte final do documento o MIR aponta para as tarefas imediatas necessárias de serem levadas à prática para que a Resistência revolucionária possa transformar-se num movimento da classe capaz de pôr fim à dominação ditatorial, à dominação imperialista e capitalista no Chile.

## I — A SITUAÇÃO INTERNACIONAL: AVANÇO DA REVOLUÇÃO, CONTRA-OFFENSIVA DA CONTRA-REVOLUÇÃO

«Vivemos um período de ascensão da revolução mundial e de crise prolongada do capitalismo. A actual crise do capitalismo tomou a forma de uma recessão prolongada com recuperações periódicas, que resultam insuficientes e curtas e que abrem conjunturas recessivas mais profundas. Estas geram situações de maiores conflitos e convulsões sociais e políticas.

Assistiremos no decorrer dos próximos anos, uma crise prolongada do capitalismo, uma ascensão prolongada da revolução, um confronto entre revolução e contra-revolução em escala mundial. A revolução proletária obterá no futuro muitas vitórias, em diversos países e extensas áreas do globo.

Na América Latina não obstante, assistimos um processo de avanço e extensão da contra-revolução burguesa imperialista e um reforçamento da dominação norte-americana na área. A contra-revolução se afirma infringindo derrotas à classe operária, impondo a hegemonia do capital financeiro e monopolista, do capital imperialista, assumindo a forma de ditaduras militares gorilas e regimes cada vez mais repressivos. Porém, a contra-revolução não atinge seu objectivo de aniquilar a classe operária e o movimento de massas. A classe operária, à cabeça das massas exploradas, resiste e começa pela primeira vez a generalizar as formas massivas de resistência e luta clandestina e armada de massas. A contra-revolução latino-americana recolhe muitos elementos que estiveram presentes no fascismo europeu, mas não é o fascismo. As ditaduras militares correspondem à forma específica que assume na área a contra-revolução — burguesa-imperialista; esta submete à sua dinâmica todas as fracções burguesas. Acreditar que é possível dividir a burguesia para lutar contra a contra-revolução, mediante uma frente antifascista, é um erro

que só pode conduzir e mais profundas derrotas do proletariado e das massas populares.

O único método para enfrentar a contra-revolução latino-americana, tal como se apresenta hoje, é o desenvolvimento da revolução proletária, a formação de um amplo bloco social, de uma força social revolucionária que aglutine o campesinato, o semiproletariado, a pequena burguesia urbana sob a direcção da classe operária, que desenvolva o poder militar da revolução para enfrentar e derrotar as forças da reacção e do imperialismo. A actual contra-offensiva imperialista e o ascenso contra-revolucionário, corresponde ao confronto final e definitivo entre burguesia e proletariado, entre revolução e contra-revolução. O proletariado latino-americano abrirá nesta década o ciclo vitorioso de nossas revoluções nacionais e da revolução continental».

## II — A SITUAÇÃO POLÍTICA CHILENA:

### A CONTRA-REVOLUÇÃO SE AFIRMA: AS MASSAS SE ORGANIZAM PARA A RESISTÊNCIA E PARA A LUTA PROLONGADA

(...) Tudo indica que a ditadura entrou numa fase de estabilização relativa ou de afiançamento, o que está determinado por três ordens de fenómenos:

1. A falta de unidade das forças de esquerda, o que atrasou e dificultou, ainda que não tenha impedido, o desenvolvimento de um amplo movimento de resistência popular à ditadura, capaz de mobilizar para a luta a classe operária, o semiproletariado, o campesinato e a pequena burguesia, aprofundando as divergências nas próprias filas burguesas.

2. O apoio mais aberto e franco do imperialismo à ditadura, que se manifestou, entre outras coisas, na realização da assembleia da OEA em Santiago e no aumento da ajuda militar, do fluxo de créditos e das inversões estrangeiras.

3. O aumento do preço do cobre, que determinou uma situação extraordinariamente favorável da balança de pagamentos e um «superavit» de divisas calculado actualmente em cerca de 300 milhões de dólares e que poderia chegar, em fins do ano, a uma cifra muito maior; o aumento das chamadas exportações não tradicionais, a queda da inflação no mês de Agosto a 5,5 por cento e o início de um lento processo de reactivação da economia nacional que levará a um crescimento do produto nacional bruto durante 1976.

Tudo isto proporciona à Junta uma margem de manobra muito maior do que teve nos três anos anteriores e que ela procura utilizar para implementar uma série de medidas orientadas a dar maior coesão e amplitude à sua base de sustentação burguesa.

Em Fevereiro de 1976 e em Junho do mesmo ano o capital financeiro e monopolista e a ditadura militar dão impulso a medidas de política económica que buscam um compromisso com os sectores da burguesia industrial e do capital produtivo voltado para o mercado interno. A ditadura procura ampliar a sua base de sustentação burguesa, tentando incorporar sectores burgueses como fracções subordinadas ao bloco dominante. Ao mesmo tempo a ditadura procura reforçar o regime solidamente sustentado nas FF. AA., na equipa tecnocrática e nas cúpulas empresariais das organizações da burguesia chilena. Desenvolve por outro lado um esforço para institucionalizar sua dominação, isto é, para converter-se no centro de reestruturação do sistema de dominação no Chile. Estamos em presença da consolidação relativa de um modelo de acumulação e não só de uma política económica, e da consolidação relativa de um modelo de dominação e não só de um regime político transitório.

Isto altera as condições de luta, encerra uma etapa da luta de classes nacional. As possibilidades imediatas de derrubar a ditadura, que estiverem colocadas nos três primeiros anos, começam a distanciar-se e exigem que a esquerda reformule a sua estratégia e tática de luta contra o regime militar.

Assinalamos que a ditadura entrou numa fase de afiançamento relativo, precisamente porque o modelo de acumulação e dominação assume os interesses da burguesia e do imperialismo, mas mantem-se fora de qualquer possibilidade de aliança e compromisso com as classes populares. Por outro lado, a classe operária e o movimento de massas não foram aniquilados, pelo contrário reorganizam-se, e hoje o movimento de massas está em processo de crescente reactivação e reanimação. Com efeito, a classe operária e as massas populares reconstruíram os seus velhos aparelhos sindicais e gremiais e colocaram-se novamente em pé para desen-

volver sua luta contra o capital. A nova dinâmica da luta de classes colocou, por outro lado, a necessidade de multiplicar e fortalecer a organização clandestina de massas, os comités de resistência, as comissões de fábricas, etc.

A esquerda, apesar de ter sido golpeada, conseguiu reorganizar-se na clandestinidade vinculando-se ao movimento de massas e orientando a reactivação em marcha.

A Junta quer afirmar-se, conseguir uma estabilização, mas ainda que a conseguisse, tal estabilidade será sempre relativa.

O fundamental hoje continua a ser unir os revolucionários, a esquerda e todas as forças antigorilas, construir a partir daí uma ampla frente antiditadura e proporcionar assim uma condução efectiva ao movimento de massas.

A partir daí poderão gerar-se as condições para desenvolver formas superiores de luta e sobretudo para enfrentar a contra-revolução burguesa não só no terreno da luta económica e sindical, da luta política, mas também no terreno da luta militar, da luta armada.

É preciso salientar uma vez mais que o único caminho para derrubar a ditadura é o caminho da luta e organização das massas, do desenvolvimento e fortalecimento da resistência operária e popular, do desenvolvimento do poder militar da resistência.

## III A LUTA PELA UNIDADE DA ESQUERDA

O MIR chileno pensa que a unidade de todas as forças antigorila é uma ferramenta fundamental para a organização e fortalecimento da resistência popular e da luta contra a ditadura.

Sustentamos que hoje há uma base suficiente em todos os partidos da esquerda chilena para estabelecer uma unidade tácita, em torno de uma plataforma de luta mínima, que permita construir uma frente política da resistência, elevando qualitativamente a luta contra a ditadura. Pensamos que essa unidade é possível e necessária e estamos dispostos a avançar nesse caminho de unidade.

O MIR pensa que é necessário ir estreitando, dentro do marco da unidade da esquerda, a unidade das forças que têm posições programáticas e estratégicas afins.

Hoje, no entanto, não existem condições no seio da esquerda chilena para uma unidade programática e estratégica de todas as forças, pois nesse terreno há divergências claras. Estas diferenças, pensa o MIR, não constituem obstáculo para a unidade tática na luta antiditadura. Mais ainda, pensamos que é conveniente criar os mecanismos necessários para desenvolver no seio da esquerda uma discussão elevada, franca e respeitosa acerca dos problemas programáticos, estratégicos, táticos e organizativos da esquerda e da revolução chilena. Ao mesmo tempo, observamos com preocupação as tentativas de certos sectores da esquerda que querem impor, administrativamente e de forma secreta, concepções programáticas e estratégicas sobre as quais não há acordo. É o caso da tese do projecto histórico cpm do PDC e com um sector da burguesia chilena.

O MIR observa com preocupação o ressurgimento de certas ilusões que acreditam ser possível a derrubada de Pinochet a partir da agudização das contradições interburguesas, da suposta força de Frei e do PDC, do apoio de sectores democráticos das FF.AA., das pressões da social-democracia e da ala liberal do Partido De-



mocrático e, por fim, do eventual governo de Carter nos USA.

Fixou-se inclusivamente a data da queda de Pinochet: Dezembro de 1976.

Pensamos que a luta para enfrentar e derrotar a contra-revolução burguesa será longa e difícil, que só se converterá numa luta vitoriosa na medida em que se forgem os instrumentos de condução política, o Partido Revolucionário, a Frente Política, desenvolva-se a luta de massas e impulsione-se a luta armada de massas e a luta militar. O único caminho para derrubar Pinochet e a Junta Militar gorila, para derrotar a contra-revolução burguesa em qualquer linha, é apoiar-se na força da classe operária e de sua aliança com o semiprolariado, o campesinato e a pequena burguesia. Organizar uma Frente Política da Resistência e impulsar a construção do Partido Revolucionário do proletariado; desenvolver a resistência legal e semi-legal das massas, organizar a resistência de massas clandestinas tendo por base os Comités de Resistência, ir gerando pouco a pouco o poder militar da resistência, abrindo caminho à luta militar contra a ditadura e à luta armada de massas. Só assim poderá triunfar a Resistência contra a ditadura. Mais ainda, hoje a luta revolucionária na América Latina é impensável à margem de uma estratégia continental de luta contra as burguesias locais do imperialismo. Só uma estratégia continental revolucionária, como foi formulada por Ernesto Che Guevara, Miguel Enriquez, Roberto Santucho, pode levar-nos à vitória.

#### IV - AS NOSSAS TAREFAS IMEDIATAS

O MIR, ao anunciar-se o quarto ano de existência da ditadura gorila e do regime juntista, apela a:

A. — 1 Desenvolver e fortalecer a luta de resistência no Chile. Ampliar e unificar a luta sindical e todas as formas de organização. Reconstruir sobre novas bases a CUT, ao calor

da luta pela defesa do nível de vida, pelo direito ao trabalho e por melhores salários.

2. Multiplicar e fortalecer a resistência clandestina, os Comités de Resistência, as Comissões de Fábricas, os Comités de Bairros, etc.

3. Desenvolver a capacidade militar da resistência e impulsar a resistência armada contra a ditadura.

B. — 1. Aprofundar a luta pela unidade da esquerda tendo por base uma plataforma mínima.

2. Continuar as conversações entre a UP e o MIR, actualmente suspensas pela inexistência de um acordo político que comprometa o conjunto das forças da UP.

3. Dar impulso à acção comum entre todos os partidos da esquerda em todos os campos, estreitando as relações bilaterais.

4. Fortalecer a unidade pela base no Chile e no exterior.

5. Dar impulso a uma política de compromissos e acordos táticos com o PC.

6. Abrir uma discussão ideológica sobre os problemas actuais da revolução chilena e sobre as diferenças programáticas e estratégicas existentes no seio da esquerda.

C. — 1. Multiplicar no exterior o trabalho e as acções de solidariedade com o Chile, desenvolver o trabalho de solidariedade democrática e de solidariedade revolucionária com a resistência chilena. Reforçar a luta pela defesa da vida e pela liberdade de todos os presos políticos.

2. Criar no exterior uma sólida retaguarda geográfica, política e estratégica que nos permita oferecer um apoio efectivo à luta que a classe operária, as massas populares e a esquerda travam hoje no Chile.

A RESISTÊNCIA POPULAR  
TRIUNFARÁ  
COMITÉ EXTERIOR  
MIR CHILENO

Havana, 5 de Setembro de 1976.

## NAMÍBIA

# A independência passa pela luta armada

O recente Congresso da SWAPO em Lusaka marca uma viragem histórica. A África do Sul continua seus planos sobre um território que lhe foi «oferecido» por Londres e pela Sociedade das Nações em 1920. A 31 de Agosto o Conselho de Segurança constata mais uma vez que a África do Sul está longe de evacuar a Namíbia.

O povo da Namíbia, com seu único representante, a Organização do Povo do Sudoeste Africano, opõe uma única resposta possível para a resolução dos problemas da Namíbia: a intensificação da luta armada que é acompanhada com a consolidação da consciência revolucionária do conjunto do movimento.

A revista «África-Asie» entrevistou, Aaron H. Shihepo, secretário adjunto das relações exteriores da SWAPO, dias antes do final da reunião em Lusaka, onde o movimento de libertação tomou um novo rumo ideológico, sancionando assim a maturidade adquirida em dez anos de luta armada.

A-Asie: A SWAPO teve uma importante reunião na capital da Zâmbia depois de cinco meses em que são comentadas com insistência as divergências internas.

Aaron Shihepo: Efectivamente, o Comité Central, alargado aos representantes do exército, das organizações de massas e das missões ao estrangeiro, reuniu-se em Lusaka em fins de Julho e começo de Agosto. Nós analisamos a situação actual no nosso país e a do nosso movimento nas frentes militares, política, organizativa e diplomática, de uma maneira crítica. Eu posso dizer que todos os dirigentes e militantes que tomaram parte nestes trabalhos saíram todavia mais seguros da vitória e mais confiantes na unidade total do movimento no interior, como no exterior da Namíbia.

Nós adoptámos uma nova Constituição que define precisamente o papel de cada um, o lugar do exército e a proeminência do comando político. Nós adoptámos igualmente um novo programa político que é muito claro ideologicamente, definindo os objectivos da organização. Este documento declara: «A SWAPO deve unir o conjunto do povo da Namíbia, em particular a classe operária, o campesinato e os intelectuais progressistas num partido de vanguarda capaz de defender a independência nacional e de construir uma sociedade sem classes e sem exploração, em base e ideais do socialismo científico».

Nós abordámos, bem entendido, o problema de um grupo no seio da SWAPO que manifestou orientações reacçãoárias. Uma Comissão foi criada para trazer tudo à luz do dia acerca das manobras teleguidadas de Bona e de Pretória. Nós examinámos, igualmente as acusações lançadas contra alguns comandantes do PLAN (Exército Popular de Libertação da Namíbia). Eu estou na altura de dizer que estes camaradas que foram acusados de terem combatido junto do exército sul-africano e a UNITA em Angola estão, neste momento, engajados na luta

contra o inimigo boer. Estas acusações faziam parte das manobras de deslocação fomentadas pelo grupo pré-citado.

A-Asie: O regime de Pretória parece pensar que as pretendidas «negociações constitucionais» que se desenrolam em Turnhalle Windhoek estão sendo mais aceitáveis aos olhos da opinião pública internacional.

Aaron Shihepo: O circo de «Turnhalle» não mudou em sua essência. Ele era tribal e assim continua. O essencial para Pretória é, como declarou o major-general Geldenhuys, o chefe das operações no estado-maior boer, dia 30 de Maio, «manter a situação estável até que aqueles que tomam parte na conferência de Windhoek possam encontrar uma boa solução para os problemas do território».

Tanto uns como outros estão, em efeito, conscientes da pressão militar do PLAN. Agora que esta conferência decidiu a data da independência para 31 de Dezembro de 1978, nós vamos assistir a uma pressão dos aliados imperialistas de Pretória para levar a SWAPO a participar nesta farsa. Mas, as nossas condições para participar nas negociações verdadeiras são já muito bem conhecidas de todos.

Bastamos ver as manobras de Pretória concernentes a transferência dos prisioneiros namibios de Robben Island e de Pretória em Namíbia para compreender que o regime ilegal não tem qualquer intenção de abandonar o território. A África do Sul enviou seus agentes para tentar obter através de artifícios a participação dos dirigentes presos há mais de dez anos, como Toivo Herman Ja Toivo, na bantustanização da Namíbia. Anteriormente, Pretória havia colocado uma posição entre as pretendidas «fracções» interna e externa do movimento, depois uma divisão entre «moderados» e «radicais»; agora o regime tenta uma última manobra para obter a bênção dos chefes históricos da SWAPO.

# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica, Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa



## 28 de Setembro Jornada de luta

A necessidade de unir e organizar os trabalhadores para combater o fascismo e o capitalismo sem «cedências nem negociações nem conciliações», foi salientada por um camarada da CNPUP no final da Manifestação Comício realizada no passado dia 28 em Lisboa para comemorar a vitória sobre o golpe da «Maioria silenciosa» Spinoлиста frustrada há dois anos.

Numa altura em que esses «silenciosos» rugem mais livremente e com mais segurança que em Setembro de 1974 esta jornada unitária que contou com a participação de milhares de trabalhadores que compreenderam que a resistência ao fascismo passa pelo movimento de Unidade Popular que se desenvolve, mostra que a resistência à política repressiva do governo Soares aumenta, que o vigoroso «não às desocupações Em frente com a Reforma Agrária» gritado pelos trabalhadores em Lisboa ilustra que a solidariedade proletária

não morre e que os revolucionários estão atentos nos locais de trabalho, contra a divisão Pela unidade sindical».

Foram estas algumas das palavras de ordem ouvidas durante o percurso Terreiro do Paço-S. Bento. Outras como «ninguém sai das casas ocupadas» gritadas simultaneamente pela classe que estava na rua e pelos ocupantes que à janela saudavam a manifestação quando esta passou diante dum prédio ocupado, e outras insistentemente repetidas como «o Fascismo não passou, o fascismo não passará» indicam

que a vigilância popular se mantém e que aos GDUPs cabe um papel decisivo para que estas palavras sejam factos. Chegada a manifestação a S. Bento lá estavam as «ordeiras» forças de repressão, que há bem pouco tempo carregaram sobre os moradores pobres, e que agora exibiam impacientes as pistolas metralhadoras, os «cassetetes» e a arrogância, assegurando que a distância (cada vez maior) entre o governo, no palácio, e os trabalhadores na rua, fosse mantida. Os seus apetites gorilcos saíram porém frustrados, pois a manifes-

tação concentrou-se organizada no jardim lateral, onde foi dado início ao Comício.

Intervieram três camaradas da Comissão Distrital dos GDUPs e um camarada da C.N. sendo denunciada a situação de «Liberdade em segurança» do criminoso Spinoлиста e a libertação dos pides, o aumento do custo de vida, as «desocupações selvagens» na Reforma Agrária e ainda as provocações feitas aos GDUPs pelos jornais e partidos burgueses. Em referência às eleições para as Autarquias foi criticado o carácter divisionista dos que recusaram a unidade em torno da candidatura revolucionária de Otelos para apregoarem agora a frente do «povo unido» e os que em troca de uns lugares no aparelho de Estado traem os interesses dos trabalhadores.

No final do Comício foi lida uma moção a enviar à embaixada Espanhola de repúdio pela repressão fascista e pelo assassinio, há um ano, de cinco militantes da ETA e da FRAP, e que termina exigindo o fim da repressão, a dissolução dos corpos repressivos, a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados.

Por fim, de punho erguido, cantou-se a «Grândola» e fez-se ouvir vivas ao camarada Otelos.

## EDITORIAL

As desocupações no Alentejo significam que o Governo PS está disposto a recuperar para os capitalistas aquilo que foi uma conquista dos trabalhadores iniciada por eles, contra ventos e marés — a ocupação das terras dos grandes senhores. E se essa ocupação foi correcta nas herdades abandonadas, que serviam para coutada, também o foi (e em relação a isso não há que apresentar o facto disfarçado) em relação a herdades cultivadas onde o facto de haver produção não pode esconder que ela se faz num sistema de exploração do trabalho, que é o sistema capitalista. E que mantém para os trabalhadores a constante utilização do valor do seu trabalho por uma casta parasitária. É esta casta parasitária, que vive à custa da exploração do trabalho, que hoje cavalga às costas do Governo PS montando assim o burro que de momento lhe serve.

No entanto, o principal patrão deste governo não é a CAP, não é esta burguesia nacional enriquecida por dois anos de processo revolucionário, mas sim o Imperialismo.

O Imperialismo comandado de Washington, fazendo-se representar aqui de forma propositalmente descarada na pessoa de Carlucci. O Imperialismo que põe a pata da NATO numa presença militar no triângulo de Tancosé verdadeiramente uma presença estrangeira mesmo integrando soldados portugueses (foi assim em muitos exércitos de ocupação, como no Vietname por exemplo).

Este avanço para a direita comandado pelo imperialismo, tem no PS um veículo dócil que para sobreviver fará todas as aberrações praticando uma política que poderia condizer com um partido de direita.

Mas o PS conta com um aliado nesta sua avançada — o reformismo, que tem verdadeira influência no seio dos trabalhadores (e que só deixará de ter, como sempre na história, à beira da Revolução) tem sido o negociador da capitulação dos trabalhadores. Foi-o em cada empresa desde o 25 de Abril, foi-o no governo, foi-o na ocupação de casas e foi-o também nas primeiras ocupações de terras (antes da lei existir, porque eles são sempre uns legalistas). Hoje são de novo os negociadores da capitulação, através do sindicato e através das suas estruturas, enganando os trabalhadores com as novas ocupações (que têm que ser feitas dentro da lei) procurando assim iludir o problema das actuais desocupações.

Não contentes com isso os reformistas procuram fazer provocações escrevendo nos seus órgãos de comunicação social que a esquerda revolucionária quer fazer «guerra» no Alentejo. Porque os reformistas não fazem «guerra», fazem traição.

Deste modo os reformistas procuram matar vários coelhos duma cajadada. Desviar as atenções do problema da sua traição; procurar paralisar a possível reacção dos trabalhadores rurais; atrair sobre a esquerda um golpe da reacção. Mas os revolucionários também já não se deixam surpreender já têm alguns anos de experiência de viver lado a lado com o reformismo, lado a lado com a traição.

O que interessa é tornar possível a alternativa revolucionária. O que interessa é por de pé um projecto que não é só para o futuro mas que é também imediato.

Esse projecto pressupõe que se chegue à conclusão que se o caminho não for barrado a burguesia avançará rapidamente para o fascismo.

Ao contrário de nós outras forças que se dizem de esquerda revolucionária acreditam na passagem pacífica ao fascismo isto é acreditam (ou desejam) que não haja confrontos, como se fosse possível a burguesia chegar ao fascismo sem o proletariado se opor.

Mas como o proletariado não faz dos desejos dos intelectuais, que se querem revolucionários, uma realidade, encontrará formas de organização e de luta para se opor ao fascismo. A posição de espectadores da história é boa para os intelectuais, não é boa para o proletariado como classe. E aqueles que se querem vanguarda (e só como tal têm razão de existir como grupo) irão na rectaguarda. Cá estaremos com paciência à espera que eles cheguem.

Este projecto pressupõe também que cresça uma estrutura de unidade que é o MUP, embrião do futuro partido revolucionário.

É importa que este MUP tenha um programa de luta que não seja a mera soma de várias pequenas lutas mas sim o seu enquadramento numa perspectiva revolucionária, perspectiva de tomada de poder. Só quando o poder for tomado pelos trabalhadores será possível executar um programa revolucionário.

## Encontro Nacional dos GDUP

DIA 2/10 — Instituto Superior Técnico  
às 15 horas — Sessão plenária para discussão do programa mínimo nas eleições para as autarquias

16.30 às 20.30 — grupos de trabalho para discussão da tática a adoptar

DIA 3/10  
às 14 horas — Plenário  
às 17 horas — Festa